



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DECOM
CURSO DE JORNALISMO**

ALESSANDRA CLEMENTINO DOS SANTOS

**LUZ, CÂMERA, AÇÃO E SANGUE:
A violência masculina contra a mulher sob a ótica dos portais de notícia paraibanos**

**CAMPINA GRANDE
2019**

ALESSANDRA CLEMENTINO DOS SANTOS

**LUZ, CÂMERA, AÇÃO E SANGUE:
A violência masculina contra a mulher sob a ótica dos portais de notícia paraibanos**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Jornalismo.

Área de concentração: Produção Jornalística.

Orientadora: Profa. Dra. Ada Kesea Guedes Bezerra

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S2371 Santos, Alessandra Clementino dos.
Luz, câmera, ação e sangue [manuscrito] : a violência masculina contra a mulher sob a ótica dos portais de notícia paraibanos / Alessandra Clementino dos Santos. - 2019.
79 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Ada Keesa Guedes Bezerra, Coordenação do Curso de Jornalismo - CCSA."
1. Jornalismo online. 2. Ética jornalística. 3. Violência contra a Mulher. 4. Portal de notícia. I. Título
21. ed. CDD 070.4

ALESSANDRA CLEMENTINO DOS SANTOS


**LUZ, CÂMERA, AÇÃO E SANGUE:
A violência masculina contra a mulher sob a ótica dos portais de notícia paraibanos**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Comunicação
Social da Universidade Estadual da Paraíba-
UEPB, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharelado em Jornalismo.

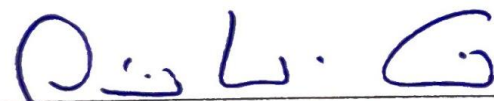
Área de Concentração: Produção Jornalística.

Aprovada em: 19/06/2019.

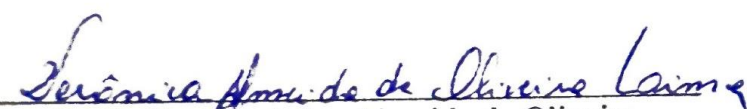
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ada Kesea Guedes Bezerra (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Cássia Lobão Assis
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Verônica Almeida de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Dedicado a todos aqueles que vem me
ajudando a cicatrizar feridas antigas.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todo o apoio de Tatiana Telles e Ariana Rodrigues. Vocês duas vem sendo minha luz no fundo do poço nestes sete longos anos. Agradeço ao meu Quarteto Fantástico (Betânia Diniz, Felipe Bolis, José Ricardo Júnior e Mateus Araújo) por terem me adotado durante o curso de Jornalismo. Agradeço também a Jhonatan Leal da Costa por, lá no segundo período, ter me feito enxergar que “sim, eu posso”. À Renata Oliveira, por me ajudar a encontrar as chaves de inúmeras amarras que me prendiam. Agradeço às professoras Cássia Lobão e Verônica Oliveira por aceitarem fazer parte desta mudança de ciclo e por toda a consideração comigo durante esta fase final de produção. E um agradecimento mais que especial a minha orientadora Ada Guedes por toda a paciência e consideração em me deixar voar durante a construção deste e de vários outros trabalhos durante dois anos de orientações. E claro que precisava de uma pitada de adrenalina. Se não fosse assim não teria a nossa marca. Além disso, agradeço a todas e todos que me encontraram em algum momento durante esse último mês e fizeram o possível para me fazer dar um sorriso. Os abraços de vocês foram o que me ajudaram a suportar quando a situação parecia impossível. Este trabalho é uma construção conjunta de tudo que aprendi e venho aprendendo com vocês.

Obrigada por me fazerem cada dia mais eu!

“Crescemos ouvindo que um salto agulha, maquiagem e um brinco de argola é o que nos define como mulher. Com o passar dos anos, vamos nos espremendo e nos cortando até caber com perfeição nesse molde. Não há espaço para ser diferente. Não há espaço para respirar. Nos sufocamos. Nos sufocaram.”

(Trecho do texto “Mulher”, Alessandra Clementino)

RESUMO

A presente pesquisa teve por finalidade apreender como os sujeitos envolvidos na violência masculina contra a mulher (mulher em situação de violência e suspeito/acusado) são percebidos e representados através do discurso jornalístico em âmbito paraibano. Partimos aqui da premissa de Breton & Proulx (2006), de que o jornalismo ocupa, na contemporaneidade, um papel importante na esfera pública. Isso se efetiva não apenas com emissão de conteúdo, mas atuando também na construção social da realidade. Desta maneira, usar termos pejorativos, justificar a(s) violência(s) mencionando estilo de vida das pessoas, noticiar de forma tragicômica ou mesmo usar terminologias para se referir aos sujeitos de forma inadequada, não condiz com a ética inerente ao exercício do jornalismo, podendo ratificar ou até mesmo incitar a violência. Como aporte teórico foram utilizados os estudos de gênero e sua relação com o patriarcado, através de Scott (1989), Rubin (1993), Saffioti (2004) e Bourdieu (2010); sobre violência e, mais especificamente, violência de gênero, contribuem Arendt (2016) e Saffioti (1995; 2004); além da noção foucaultiana (1981) de Poder. Para o debate sobre as questões de cunho jornalístico, trabalhamos em duas vertentes: o jornalismo enquanto construtor social da realidade com Azevêdo (2011), Breton & Proulx (2006) e Carvalho & Leal (2012); e os critérios de noticiabilidade (valores-notícia e rotinas produtivas) através de Fernandes *et al* (2014). A pesquisa possui características tanto quantitativas quanto qualitativas. O material empírico constou de matérias dos portais *Jornal da Paraíba*, *Paraíba Online* e *ClickPb* publicadas durante os meses de março e abril de 2019, que foram avaliadas tendo por método a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). Foram realizadas também entrevistas semi-estruturadas com três profissionais que trabalham nas redações destes portais (repórter e editores) com o intuito de entender um pouco mais de como se dá a dinâmica e a rotina produtiva das redações. A partir dos resultados encontrados, se propõe algumas indicações de como pode ser realizado o jornalismo policial de maneira a preservar os envolvidos nos casos de violência masculina contra a mulher, utilizando para isso uma estratégia que visa não o impedimento, mas uma Redução de Danos.

Palavras-chave: Jornalismo Online. Ética. Violência contra a Mulher.

ABSTRACT

The present research had by finality apprehend how the blokes involved in male violence against the woman (woman in situation of violence and suspect/accused) are perceived and represented through journalistic discourse in Paraíba's context. We depart here from the premise of Breton & Proulx (2006), who say that journalism occupies, in contemporaneity, an important paper at public sphere. This carries out not only with content emission, but also actuating in the social construction of reality. In this way, using pejorative terms, justifying the violence(s) mentioning people's lifestyle, reporting by a tragicomic way or even using terminologies to make reference to blokes in a unwelcome conduct do not befit with the ethic, which is inherent to the exercise of journalism, turning possible ratify or even inciting the violence. As theoretical contributions were quoted gender studies and its relation with the patriarchy, through Scott (1989), Rubin (1993), Saffioti (2004) and Bourdieu (2010); about violence and, more specifically, gender violence, contribute Arendt (2016) and Saffioti (1995; 2004); beyond Foucault's notion (1981) of Power. To construct a debate about questions of journalistic nature, this work went by two slopes: the journalism as a social builder of the reality with Azevêdo (2011), Breton & Proulx (2006) and Carvalho & Leal (2012); and the newsworthiness criteria (news value and productive routine) through Fernandes et al (2014). The research has characteristics as quantitative as qualitative. The empirical material was consisted by news from the portals Jornal da Paraíba (Paraíba's Journal), Paraíba Online and ClickPb published during the months of March and April 2019, that were evaluated by the method of Content Analysis by Laurence Bardin (1977). Also were realized semi-structured interviews with three professionals who work at the newsrooms of these portals (reporters and editors) with the intention of understanding a little bit more about how newsrooms' dynamic and productive routine are organized. As of the results found, it is proposed some indications about how can be done the policing journal in a way that preserves the people involved in cases of male violence against woman, making use, for this, of a strategy that aims not the impediment, but a Reduction of Damages.

Keywords: Online Journalism. Ethic. Violence against the Woman.

SUMÁRIO

1	DE QUE ÉTICA ESTAMOS FALANDO?.....	09
2	GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA	16
2.1	As relações de Sexo/Gênero sob o jugo do patriarcado	16
2.2	A Violência Masculina contra a Mulher.....	23
3	QUANDO UMA NOTÍCIA MORDE UM JORNALISTA.....	34
3.1	A quem serve a caneta?.....	34
3.2	Um verbo e dois substantivos: “selecionar”, “critérios” e “valores”	36
4	“A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL”.....	45
4.1	Material e Método: o fio de Ariadne.....	45
4.2	No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas	47
4.2.1	Diálogo: o DNA de uma redação integrada, o caso Jornal da Paraíba.....	57
4.2.2	<i>Analytics</i>: a figura do “editor quando pode”, o caso Paraíba Online.....	60
4.2.3	O Tragicômico como notícia, o caso ClickPb.....	64
5	UMA PEQUENA BRECHA É A MINHA CONSIDERAÇÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	ANEXO A - PAUTAS DAS ENTREVISTAS.....	72
	ANEXO B - TERMOS DE CONSENTIMENTO.....	76

1. DE QUE ÉTICA ESTAMOS FALANDO?

Nesse ponto se faz necessário falar, ainda que com a brevidade que nos impõe o espaço, sobre dois casos de feminicídio bem emblemáticos e que dizem muito acerca das construções éticas e morais que envolvem a(o) jornalista. No prefácio do livro “Mulheres em pauta: Gênero e violência na agenda midiática”, a professora Loreley Gomes Garcia (2011), relembra o primeiro feminicídio a virar notícia nas páginas dos principais jornais do Brasil. Foi o caso da socialite Ângela Maria Fernandes Diniz, assassinada no balneário de Búzios, no Rio de Janeiro, no dia 30 de dezembro de 1976, numa época em que o Brasil ainda passava pelo regime da ditadura militar. O culpado do crime foi o marido de Ângela, o empresário Raul Fernando do Amaral Street, mais conhecido por Doca Street. Julgado em 1980, Doca foi condenado inicialmente a apenas dois anos, obtendo o direito de cumprir a pena em liberdade. A defesa foi baseada na tese de “legítima defesa da honra” e que Doca teria assassinado Ângela com três tiros no rosto e um na nuca “por amor”. O caso foi o estopim para que militantes feministas se organizassem contra a violência doméstica através do *slogan* “quem ama não mata”. A força dos protestos populares e o pedido de revisão do caso pelo promotor levaram Doca Street a novo julgamento, realizado em novembro de 1981, quando foi condenado a 15 anos de prisão em regime fechado¹.

A “legítima defesa da honra” era um argumento comumente utilizado por advogados de defesa naquela época para absolver homens acusados de assassinar namoradas ou esposas com a justificativa rasa de “traição”. A culpa, nestes casos, seria atribuída ao “comportamento *moralmente* leviano” das mulheres. O que se acreditava era que um dos artigos do Código Penal Brasileiro afirmava que não era considerada criminosa a pessoa que cometesse um assassinato quando estivesse em estado emocional alterado. Mas o que o antigo Código Penal (1890-1940) de fato previa em seu Artigo 27 era que se excluía a ilicitude dos atos cometidos por aqueles que se achassem “em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”. Era esse artigo que alguns juristas usavam para justificar o que seria a legítima defesa da honra. Em nenhum momento, no entanto, o artigo outorga a liberdade da pessoa matar a(o) parceira(o) por traição. Isso ficava para o entendimento deturpado dos juristas e da interpretação *moral* dos jurados. E o caso Ângela é um dentre muitos que deixa explícito o quanto esse argumento infundado era facilmente aceito no inconsciente social da

¹ Informações disponíveis em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/angela-diniz-assassinato/a-historia.htm>>. Acesso no dia 25 de maio de 2019 às 08:09.

época. Para que não haja mais nenhuma brecha, o atual Código Penal, em seu Artigo 28, deixa evidente que “não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão”.

O segundo caso que merece menção no debate inicial da pesquisa é o da adolescente Eloá Pimentel, de 15 anos. Ela e sua amiga Nayara Rodrigues, também 15 anos, foram feitas reféns em um apartamento em Santo André, no ABC Paulista, no dia 13 de outubro de 2008 por Lindemberg Alves, 22, ex-namorado de Eloá. Eloá e Lindemberg mantiveram uma relação tumultuada por dois anos e sete meses e, durante o último término, Eloá decidiu, por seu direito adquirido enquanto sujeito, não reatar novamente com Lindemberg. Inconformado com sua falta de controle perante ela, Lindemberg passou a persegui-la e, a encontrando em uma parada de ônibus, a espancou. A família de Eloá resolveu não denunciar o acontecido. Isso pode ter sido resultado tanto do fato de que o pai de Eloá era procurado pela Justiça de Alagoas por fazer parte de um grupo de extermínio formado por policiais militares, quanto da cultura machista amplamente difundida de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

O sequestro, que durou mais de 100 horas, foi considerado o mais longo caso de sequestro com cárcere privado já registrado pela polícia de São Paulo e um marco intrincado para o debate sobre moral e ética nos meios de comunicação. Veículos de mídia acompanharam o caso minuto a minuto. Apresentadores chegaram a entrar em contato por telefone com o sequestrador e em meio ao caos resultado da busca irrefreada por audiência, o advogado criminalista Ademar Gomes desferiu as seguintes sentenças no programa da RedeTv “A Tarde é Sua”, da apresentadora Sônia Abrão, “eu sou muito otimista. Espero que isso termine em pizza e *num casamento futuro entre ele e a namorada apaixonada. Ele tá passando uma fase momentânea*”.

Os erros crassos e sucessivos tanto dos veículos de comunicação quanto da própria polícia, culminaram no assassinato de Eloá no dia 17 de outubro, com dois tiros. Em 2018, quase 10 anos depois, a Justiça de São Paulo condenou o governo do estado a pagar uma indenização de R\$150 mil por danos morais, materiais e estéticos a Nayara por ter posto sua vida em risco ao colocá-la de novo frente a frente com o seu sequestrador para tentar resgatar a amiga, com o apoio total da polícia. Nayara foi não apenas baleada no rosto, como teve ossos da face fraturados. A família de Eloá, no entanto, não conseguiu uma indenização pela morte da adolescente. Lindemberg foi condenado inicialmente a mais de 90 anos de prisão, mas a Justiça reduziu sua pena para 39 anos pois, pela lei brasileira, ninguém pode ficar mais

de 30 anos detido. De acordo com o Ministério Público, o assassino de Eloá poderá pedir progressão para o regime semi-aberto a partir de 2022².

Parafrazeando o título do documentário produzido por Fernanda de Capua e dirigido por Lívia Perez em 2015, questionamos: quem de fato matou Ângela e Eloá?³ A culpabilização da mulher em situação de violência no caso de Ângela e a romantização em torno do caso de Eloá escondem uma única e inconfundível verdade: em nossa sociedade, mulheres são mortas simplesmente pelo fato de serem mulheres. Se trata aqui de uma longa e intrincada rede sócio-histórica de dominação masculina que encontrou eco no *ethos* popular e na grande mídia, respectivamente. E esses são apenas dois dos vários casos que ganharam o conhecimento público nos últimos anos. Quantas outras Ângelas, Eloás, Marias, Carolinas, sofreram e continuam sofrendo pela violência masculina socialmente institucionalizada? É em nome destas e de muitas outras mulheres que essa pesquisa se faz importante, ainda mais dentro do campo do Jornalismo.

Nas últimas décadas, os estudos de gênero tem se definido como uma área em ebulição nos mais diferentes âmbitos das ciências humanas e sociais, além das ciências da saúde. No campo midiático, no entanto, este debate está longe de ser exaurido. A centralidade dos meios de comunicação no espaço social faz com que se torne necessário não apenas debater, esclarecer e informar a população sobre os variados tipos de violência masculina contra a mulher, como também fazer isso de forma apropriada e em consonância tanto com a realidade social quanto com as descobertas e assertivas dos mais diversos campos do conhecimento acadêmico. Mas o que vemos, por vezes, é o jornalismo apelando para o sensacionalismo em suas matérias e tratando a mulher em situação de violência sem o devido respeito, conhecimento e legitimidade.

O apresentador Britto Júnior deu a seguinte resposta a um de seus entrevistados ao se ver questionado sobre o papel da imprensa no desfecho do caso Eloá “quero só deixar claro aqui que nós fizemos o trabalho dentro da *ética total*. Em todos os momentos *a gente fez a cobertura ouvindo os dois lados*, que é uma tradição da Rede Record de televisão”. De fato tanto a Declaração Universal de Direitos Humanos quanto o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros colocam em pauta o direito inerente de todo o ser humano à informação. Em seu artigo 7º, o Código de Ética ainda ressalta que “o compromisso fundamental do jornalista é

² Informações disponíveis em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/12/apos-10-anos-do-caso-eloajustica-obriga-estado-de-sp-a-indenizar-nayara-em-r-150-mil.ghtml>>. Acesso no dia 25 de maio de 2019 às 11:35.

³ Documentário disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=4IqIaDR_GoQ&>. Acesso no dia 25 de maio de 2019 às 11:36.

com a verdade dos fatos, e o seu trabalho pauta-se pelo apuramento preciso dos acontecimentos e a sua correta divulgação”. Mas até que ponto?

O problema da Ética se coloca então frontalmente contra os dados variáveis, a relatividade dos costumes, a subjetividade das máximas morais e sua origem empírica. Pois estas são as condições em que a sociabilidade se encontra constantemente em posição de conflito, ameaçada pela ausência da universalidade (GOMES, 2002, p. 34).

É preciso ter em mente que o jornalismo lida cotidianamente com *peessoas* em suas narrativas, pessoas cujas honras, reputações, valores pessoais e vidas se encontram em jogo a cada linha escrita. A mídia pode e acaba contribuindo para um julgamento social, interferindo no presente e no futuro desses personagens. As decisões do que será ou não publicado e a forma como isso chegará ao público, dependem de uma interação entre os produtores de notícia (repórteres e editores) e as organizações jornalísticas. “Nesse sentido, agir com retidão e atuar com responsabilidade e comprometimento ético é tão importante quanto executar com precisão e correção as etapas de produção de uma notícia. No jornalismo, ética e técnica não se descolam” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 31). A credibilidade dos meios também depende e se alimenta disso.

Gomes (2002, p. 45) propõe uma diferenciação entre Moral e Ética. De acordo com a autora, a Moral seria referente a um conjunto de valores, enquanto que a Ética se voltaria para uma reflexão sobre estes mesmos valores, ao mesmo tempo que se propõe a sugerir novas relações. Tal afirmação coaduna com a ideia proposta por Christofoletti (2008) de que a ética é formada por duas dimensões: a individual e a social. Na ética individual estariam contidos os valores pessoais cultivados pelo indivíduo, suas convicções *morais*, enquanto que na social seriam mobilizados os *valores* que absorvemos socialmente nos grupos (família, escola, amigos, igreja, trabalho, etc.), ou seja, é na ética social que entraria a figura das redações. Em suas decisões, portanto, o jornalista

recorre não só à sua consciência, mas também às regras sociais: a linha editorial da sua empresa, as definições do que é notícia para o jornalismo, uma imagem do perfil moral do seu leitor, o ambiente de concorrência mercadológica, o contexto sociocultural e histórico em que está mergulhado (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 17).

Para regular, melhorar e manter a qualidade do trabalho do jornalista existem os chamados códigos de ética, dispositivos importantes “para toda a sociedade, pois sinalizam publicamente que aquele grupo social têm preocupações éticas, segue seus valores e possui maturidade suficiente para se pautar por um instrumento de auto-regulação deontológica”.

(CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 81). Diferentemente das leis que se configuram como ferramentas de controle social aplicadas a todos de uma comunidade, com o objetivo de harmonizar relações e garantir direitos, os códigos de ética funcionam como recomendações, indicações de conduta, ou seja, não são obrigações, dependem muito mais da consciência e disposição das pessoas em segui-los. Se configuram, desta maneira, como instrumentos auto-reguladores que preveem reações aos transgressores, que são julgados pelas comissões éticas formadas por representantes da categoria.

Todas essas questões são vitais ao jornalismo, pois ele nasce como guardião do equilíbrio de relações entre individual e coletivo, não só das relações constituídas como das almejadas. O jornalismo se coloca, desde seu início, como guardião do papel do Estado em sua parte do acordo paralelamente a uma vigília sobre as igualdades sociais. Em face da moral constituída, o jornalismo responsável se faz motor de uma moral constituinte, na constante atenção ao equilíbrio entre bem comum e interesses individuais (GOMES, 2002, p. 49).

Gomes (2002) aponta para a importância do jornalismo na ponderação e debate de perspectivas nascentes no âmbito social, cultural e tecnológico. A mídia se faz importante nesse ponto para alimentar um diálogo na e junto a comunidade. “Nesse espaço, as questões éticas, por tradição invocadas pelos grandes pensadores e por tradição circunscritas ao nicho erudito, encontram-se ao alcance de todos” (GOMES, 2002, p. 75). Desta maneira, se faz necessário tomar como objeto de observação o campo jornalístico com o intuito de garantir a qualidade dos conteúdos midiáticos. Vale ressaltar que pensar a atividade jornalística pressupõe considerar a responsabilidade e o papel desta prática na construção social da realidade, seguindo a ideia de Breton e Proulx (2006, p. 49) de que “se o discurso midiático age sobre a estrutura social, ele é também, ao mesmo tempo, influenciado por ela”. Beltrão (1960, p. 159) diz que o papel do jornalista é “impulsionar o homem e a sociedade à ação. Por que não se daria caráter essencial à sua atividade [a do jornalista] fosse ela meramente informativa, destinada a satisfazer curiosidades e entreter espíritos”.

Considerando o exposto até agora e entendendo o lugar de fala e atuação dos produtores de notícia, sejam eles repórteres ou editores, tomamos por base abordagens sociológica, filosófica e discursiva para analisar os critérios de noticiabilidade e os enquadramentos utilizados no âmbito regional para representar os sujeitos “mulher em situação de violência” e “suspeito/acusado” nos portais de notícia *Jornal da Paraíba*, *Paraíba Online* e *ClickPb*. Buscando apreender a forma com que essa representação se processa desde o agendamento da notícia e sua condição sociopolítica, à dimensão simbólica suscitada em

elementos textuais e imagéticos. O percurso para este fim se deu a partir de um diálogo constante entre o Jornalismo, a Sociologia e a Filosofia, entrando nas linhas dos Estudos de Gênero (que atravessam diversas áreas do conhecimento) e o Direito, agregando estudos sobre ética e moral, sociologia da mídia e teorias do jornalismo.

O presente trabalho se trata de um desdobramento do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) da UEPB “Jornalismo e Violência contra a mulher em sites paraibanos de notícias”, orientado pela professora doutora Ada Kesea Guedes Bezerra. O projeto vem sendo realizado desde 2017 e conta comigo, Alessandra Clementino dos Santos, como bolsista desde o seu início, além da participação de Maryanne Marques Gonçalves Paulino de Sousa, também graduanda em Jornalismo e que contribuiu sobremaneira para a realização das entrevistas que compõem parte importante do material aqui analisado. Neste recorte temos como finalidade identificar: qual a importância da imprensa no debate sobre a mulher em situação de violência e as desigualdades de gênero? Quais as características da cobertura jornalística dos portais sobre a representação dos sujeitos “mulher” e “suspeito/acusado”? Existe uma preocupação e atualização no que se refere ao uso de conceitos e terminologias apropriadas para a produção de matérias sobre a mulher em situação de violência?

Explicitadas as motivações, optou-se por dividir a monografia em três capítulos, sendo os dois primeiros de discussão teórica e o último de resultados. O primeiro capítulo, *Gênero Poder e Violência*, traz um breve esboço dos debates em torno do conceito de “gênero”, utilizando para isso as definições de Gayle Rubin (1993) e Joan Scott (1989), para então localizarmos histórica e socialmente o patriarcado dentro dessas relações, que são não apenas diferentes, mas desiguais. Para tanto, se utilizou Saffioti (2004) e a definição de *habitus* de Bourdieu (2010). Dando continuidade ao debate, se adentrou na relação entre o binômio poder/impotência e a violência, a partir de Saffioti (1987; 1995), Arendt (2016) e o conceito de poder foucaultiano (1981). Os dados do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil e do Monitor da Violência trazidos durante o capítulo são representativos para entendimento do cenário aqui trabalhado e como essas relações de gênero desiguais desembocam em uma relação também desigual de forças e, com isso, dão origem a um sistema que ratifica e naturaliza a violência, principalmente se esta partir de um homem contra uma mulher.

Com o entendimento de que os jornalistas se inserem e formam seus discursos no meio destas relações de gênero comandadas pelo patriarcado, o Capítulo Dois, *Quando uma notícia morde um Jornalista*, traz ao debate a questão do jornalismo como construtor da realidade e o conceito de notícia atrelado à noção de critérios de noticiabilidade (rotinas produtivas;

valores-notícia; questão de mercado; etc), de modo a tentar entender o que faz com que determinado acontecimento passe a ser visto pelos jornalistas como noticiável ou, no contexto abordado, o que faz com que casos específicos de violência masculina contra a mulher sejam vistos como noticiáveis em detrimento de outros e como as abordagens dadas a este material podem ser responsáveis (ou não) por reforçar estereótipos desta generificação. O terceiro e último capítulo dessa longa e intrincada jornada, *A dor da gente não sai no Jornal*, contempla a análise dos dados e das entrevistas coletadas. Através de abordagem quantitativa e qualitativa, buscou-se delinear como se dão os entrelaçamentos dos critérios de noticiabilidade que cada um dos portais recorre na construção destas matérias que tratam de violência masculina contra a mulher.

CAPÍTULO 2 – GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA

2.1. As relações de Sexo/Gênero sob o jugo do patriarcado

As pesquisas sobre mulheres, tanto de ordem feminista como antifeminista, se constituem como uma extensa reflexão sobre a “natureza e gênese da opressão e subordinação social das mulheres” (RUBIN, 1993, p. 1). Nesse ponto, os documentos etnográficos se colocam como um registro importante de inúmeras práticas, rituais e iniciações que visam separar o lugar designado às mulheres dos homens. Por mais estranhas que algumas dessas convenções possam parecer aos olhos de outras culturas e em outros momentos históricos, toda a sociedade humana reconhecida teve/tem seus próprios sistemas, arranjos pelos quais o sexo, o gênero e a procriação são moldados através de uma intervenção histórica, social e até mesmo moral. É possível inferir disso que a identidade de gênero, o desejo e as fantasias sexuais são fruto especialmente de dinâmicas sociais em constante mudança. Esse sistema pode ser mais ou menos igualitário, podendo chegar ao nível de uma “estratificação dos gêneros”, como parece ser o caso da maioria das realidades sociais conhecidas nos dias atuais (RUBIN, 1993, p. 12).

O que é uma mulher do lar? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra. Ela só se transforma numa criada, numa esposa, numa escrava, numa coelhinha da Playboy, numa prostituta, num ditafone humano dentro de determinadas relações. Apartada dessas relações, ela já não é a companheira do homem mais do que o ouro é dinheiro... etc. O que são, então, essas relações pelas quais uma mulher se transforma numa mulher oprimida? (RUBIN, 1993, p. 2).

Antes de prosseguir tal explanação, é preciso localizar a noção de gênero dentro dos discursos acadêmicos. Simone de Beauvoir, com a conhecida frase “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, de seu livro *O Segundo Sexo* (1949), já dava mostras dos primeiros fundamentos do que seria o gênero. O que lhe faltava ainda naquela época era nomear o que ela já trazia exposto em seu texto, um *algo* que trata dos sistemas de relações sociais e/ou sexuais de homens e mulheres. O termo só vem aparecer como tal em 1968, quase vinte anos depois, através do psiquiatra americano Robert Stoller. Mas é com o artigo de uma mulher, Gayle Rubin (1975), que os estudos de gênero passam a se desenvolver no meio acadêmico, chegando ao Brasil com toda a força na década de 90, com a tradução do trabalho de Joan Scott (1983; 1989) para o português (SAFFIOTI, 2004, p. 107-109). Até então, as teorias existentes vinham se preocupando com a análise da oposição do binômio masculino/feminino,

a “questão feminina” ou até mesmo a formulação da identidade sexual subjetiva, o que, sob o olhar das teóricas feministas, era incapaz de justificar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens (SCOTT, 1989, p. 85).

“Gênero” indicaria, antes de mais nada, uma rejeição ao determinismo biológico inerente a termos como “sexo” ou “diferença sexual”, sendo utilizado como forma de se referir às construções culturais e normativas dos arquétipos interrelacionados “homem” e “mulher”. Para a historiadora norte-americana Joan Scott (1989, p. 86-87), a noção de gênero seria constituída por duas proposições que se conectam de forma integral, formando o núcleo essencial do termo e várias subpartes que se interrelacionam. As duas afirmativas principais elucidadas pela autora são: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”; e “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Como parte constitutiva dessas relações sociais, o gênero implicaria em quatro elementos: os símbolos disponíveis em determinada cultura e que evocam representações múltiplas, freqüentemente contraditórias; os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas; as instituições e organizações sociais, e; a identidade subjetiva.

Na perspectiva de Rubin (1993, p. 12-14), esse sistema de “sexo/gênero” se apresenta como uma denominação mais *neutra* para substituir termos como “modo de reprodução” e “patriarcado”, já que ambos poderiam levar a um entendimento errôneo da tentativa dos estudiosos da área em distinguir os sistemas “econômicos” dos “sexuais”. Ao associar a economia à produção e o sistema sexual à reprodução, o termo “modo de reprodução” acabaria por se fazer reducionista, já que um sistema de sexo/gênero implica muito mais que “relações de procriação” em um sentido biológico. Por outro lado, o termo “patriarcado” encerraria em si mesmo duas significações, como se uma fosse indivisível da outra: a capacidade/necessidade humana de criar um mundo sexual e as formas de opressão em que estes mundos sexuais foram organizados. O sistema viria então demonstrar que essa opressão não é inevitável e que se configura como um produto de relações sociais específicas.

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra (RUBIN, 1993, p. 27).

Em outras palavras, como uma categoria social, o “gênero” se configuraria para essas teóricas não apenas através de uma identificação com um sexo, mas também pré-determinando que o desejo sexual seja de caráter heterossexual (RUBIN, 1993, p. 28). O que não se fala, no entanto, é que o *gênero* não indica necessariamente relações *desiguais* entre homens e mulheres. Essa hierarquia, muitas vezes, é apenas presumida (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Para Saffioti (2004), em 250 mil anos de história humana, não existe uma única sociedade sem gênero, ou seja, sem uma construção imagética do que é o masculino e o feminino. Essas construções corresponderiam às divisões sociais/sexuais do trabalho que se faziam necessárias nas comunidades dos humanos primevos. O que não implica que as atividades atribuídas às mulheres tenham sido sempre vistas como desvalorizadas frente às dos homens (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Mesmo considerando a importante contribuição de Gayle Rubin (1993) e de Joan Scott (1989) para os estudos das relações feminino/masculino, Saffioti (2004) discorda da ideia de neutralidade do “gênero” e questiona: a rápida aceitação do termo não estaria muito mais vinculada ao fato de ele ser mais palatável que “patriarcado”? Como resposta a essa pergunta, a autora aponta que o conceito de gênero é mais ideológico que o de patriarcado. E complementa, “neutro, não existe nada em sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

Desconsiderando o patriarcado, entretanto, o feminismo liberal transforma o privilégio masculino numa questão individual apenas remotamente vinculada a esquemas de exploração-dominância mais amplos, que o promovem e o protegem (JOHNSON, 1997 *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 122).

Isso não significa dizer que a autora desconsidera o gênero como uma categoria de estudos. Saffioti (2004, p. 132-133) defende a utilidade do conceito, até por entender que a história das relações de gênero é muito mais ampla que a história do patriarcado, surgido entre 6 e 7 mil anos atrás. De fato, a valorização da virilidade em detrimento da feminilidade, e a associação inconsciente da masculinidade com o poder só podem ser explicadas a partir de uma análise dos modos pelos quais a nossa sociedade representa e se serve do gênero para impor regras relacionais e sociais, ou seja, como se dá a relação de gênero sob o regime patriarcal e em que momento ele surgiu.

Na história da humanidade, mais precisamente em seus primórdios, as sociedades de caça e coleta eram organizadas de forma *relativamente* igualitária. O uso do termo “relativamente” aqui se refere ao fato de que, mesmo dentre as sociedades conhecidas, as mulheres, como uma categoria social, não dispunham de capacidade decisória sobre o grupo de homens ou sequer podiam ditar normas sexuais ou controlar as trocas matrimoniais

(LERNER *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 119). As atividades masculinas e femininas eram não apenas entendidas como complementares, como a mulher poderia, em algumas comunidades, desfrutar de um *status* relativamente alto por ser considerada como um ser divino, capaz de gerar e nutrir outra vida em seu corpo, as chamadas Mães-Deusas.

Ainda que para muitas estudiosas da área referências às diferenças biológicas entre homens e mulheres possam ser recebidas de forma contraditória, vale lembrar que, sob condições primitivas de vida, a relação entre a mãe e a(o) filha(o) era de fundamental importância para a perpetuação da espécie humana. Além de não poder contar com nada além do corpo da mãe para se aquecer, o leite materno era o único alimento viável para os bebês (SAFFIOTI, 2004, p. 120). Dessa maneira, a mulher detinha em suas mãos o misterioso poder de vida e morte da prole indefesa.

Essas mesmas sociedades passaram a se sedentarizar e exercer atividades como a agricultura e a criação de animais, o que já demonstrava a necessidade de controle/poder do ser humano, necessidade esta que chega a afetar inclusive o meio ambiente que o circunda. “O controle é parte integrante de toda sociedade, mas a agricultura permitiu/exigiu seu incremento” (SAFFIOTI, 2004, p. 120). Se antes os seres humanos mantinham uma relação relativamente igualitária e equilibrada entre si e com os animais, passaram a fazer dela um elo de controle e dominação. A reprodução dos animais se mostrou de grande valor econômico para os homens primevos e não demorou para que eles percebessem que quanto mais filhos eles (os homens) tivessem, maior seria o contingente de trabalho para cultivar a terra, o que permitiria a eles acumular insumos.

Este foi um momento crucial para lançar a semente das relações de dominação/exploração entre homens e mulheres. Estamos nos referindo a um momento da história humana que ocorreu entre 10.000 a.C e se prolongou até 4.000 a.C. Nessa época, a aprendizagem de nossos ancestrais se valia muito da convivência deles com os animais e plantas ao seu redor. A observação do acasalamento dos animais levou o homem primevo a compreender o fenômeno de sua própria reprodução e se aperceber que ele também era participante do processo de concepção. A mulher perde seus poderes sobrenaturais perante a comunidade e os homens passam a se colocar no centro do poder, como aqueles que são os “portadores da semente” que podem a qualquer momento fecundar os “úteros passivos” das mulheres. Os homens passam assim a se considerar a “fonte da vida” humana (SAFFIOTI, 2004, p. 121). É nesse contexto que se dá o nascimento do patriarcado, uma doutrina sócio-histórica baseada no controle e no medo que tem como escopo a hegemonia do masculino sobre o feminino.

Em suma, falar de relações de gênero é também falar de relações *desiguais* de poder, ao menos em nossa sociedade falocrática. “Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo” (SAFFIOTI, 2004, p. 121).

Embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. Isto não significa que não existam violências praticadas em, por exemplo, sociedades coletoras. Mas o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social (SAFFIOTI, 2004, p. 122).

Desde então, o patriarcado, assim como os demais fenômenos sociais, se encontra em um processo de permanente transformação, o que não significa dizer que sua base foi destruída. Mesmo com os consideráveis avanços femininos na história, ele é ainda, “nas sociedades urbano-industriais-informacionais, o [sistema] mais abrangente” (SAFFIOTI, 2004, p. 122), influenciando a vida de mulheres e homens cis e heterossexuais, homens e mulheres trans e homossexuais masculinos e femininos. Todas essas organizações sociais de gênero estão perpassadas pela estrutura de poder patriarcal. Hartmann (1979 *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 104), o define como um “pacto masculino para garantir a opressão de mulheres”. E, de fato, um dos elementos basilares deste sistema é o controle da sexualidade feminina (reprodução, desejo, atitudes, etc.), com o intuito de assegurar a fidelidade da mulher ao homem (SAFFIOTI, 2004, p. 49), até mesmo depois que o relacionamento entre os dois chega a um fim.

Em rigor, os seres humanos nascem “machos” ou “fêmeas”, e é a educação que recebem que os moldam como homens ou mulheres. De acordo com Saffioti (1987, p. 10-11), “é próprio da espécie humana elaborar socialmente fenômenos naturais”, o que faz com que o encargo de separar a *natureza* da *elaboração sociocultural* seja tão difícil. Mesmo funções naturais como o parto não escapam ao processo de elaboração social. É preciso, no entanto, compreender como ocorre um outro processo ao qual também estamos submetidos e que se coloca como o inverso deste: o de *naturalizar* processos socioculturais. “Diferentemente dos outros animais, os seres humanos fazem história. Além disso, as gerações mais velhas transmitem esta história às gerações mais jovens, que partem de um acervo acumulado de conhecimentos” (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Maurice Godelier *apud* Scott (2004, p. 88-89) ratifica:

não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos,

relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar.

As identidades, tanto de mulheres quanto de homens, são construídas a partir de atribuições de papéis sociais opostos e complementares (SAFFIOTI, 1987, p. 8; BOURDIEU, 2010, p. 16-17) com o intuito de produzir o “homem viril” e a “mulher feminina”. Enquanto que para o homem está colocado o espaço público e a obrigação de sustentar financeiramente a família, o espaço doméstico, tido como invisível e até mesmo “vergonhoso”, é imputado a mulher, ficando para ela a responsabilidade de cuidar da casa e da educação dos filhos. É geralmente associada a valores como emoção, fragilidade e resignação, valores que ela traria em seu cerne desde o nascimento. A ela impõe-se os valores morais da docilidade, cordialidade e passividade, desta maneira inibindo de si tendências “agressivas”, que estariam restritas ao universo do homem. De fato existem mulheres que escapam a este “destino” de gênero, mas são casos individuais que não podem ser tomados como expressão majoritária da categoria mulher (SAFFIOTI, 2004, p. 124).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, confirmam essa cultura de enclausuramento. De acordo com os números, as mulheres paraibanas dedicam uma média de 23,4 horas semanais a afazeres domésticos, cuidados com pessoas, trabalho voluntário e produção para o próprio consumo. A quantidade é mais do que o dobro do tempo dedicado pelos homens, que é de 10,9 horas por semana, ficando atrás apenas de Sergipe, que registrou 13,5 horas. Os dados paraibanos são superiores inclusive ao registrado nacionalmente, que é de 21,3 horas semanais⁴.

Por outro lado, “o homem será considerado *macho* na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos” (SAFFIOTI, 1987, p. 25), valores estes associados ao feminino. Ele precisa se ver e colocar na posição de *caçador*, colocando a mulher no lugar de sujeito não desejante, obrigada a satisfazer apenas às vontades masculinas. Não apenas isso, um macho realmente *viril* precisa se mostrar capaz de prover as necessidades financeiras da família, independente da situação econômica e social do país, o que faz com que muitos homens que experimentam o desemprego se vejam tomados pela impotência e, como mecanismo de fuga, recorram ao alcoolismo ou a violência, seja a autoinfligida (cuja forma

⁴ Dados referentes a matéria publicada no Jornal da Paraíba no dia 27.04.2019. Disponível no link <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mulheres-dedicam-tarefas-domesticas-mais-que-o-dobro-de-horas-dos-homens-na-pb.html>. Acesso no dia 21 de maio às 03:47.

extremada seria o suicídio), ou a violência a terceiros, neste caso, geralmente a mulher e/ou os filhos (SAFFIOTI, 2004. p. 35).

Em outros termos, o estereótipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do *macho*, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharem em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais, de dominador e dominada (SAFFIOTI, 1987, p. 40).

Bourdieu (2010), denomina estas relações sociais estereotipadas entre os gêneros de *habitus*, o princípio unificador de práticas incorporado e reproduzido pelos homens e pelas instituições (família, escola, igreja, etc) sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares que fazem do corpo um depositário dos princípios de visão e de divisão sexualizantes, que levam a sociedade a classificar de forma redutora objetos, ações, práticas e pensamentos em masculinos ou femininos. Desta maneira, “os corpos são *gendrados* recebem um *imprint* do gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 77). A sociedade, através de suas instituições, investe para que este processo sociocultural de construção das identidades masculina e feminina se torne o mais *naturalizado* possível.

Aparentemente arbitrária e natural, estas construções funcionam como esquemas de percepção, de pensamento e até mesmo de ação, restringindo os papéis e ações que seriam “adequadas” ao domínio dos corpos masculinos e femininos, tendendo a excluir de um gênero tudo que pertence ao outro e vice-versa. A mulher dócil, frágil e emotiva, é a contraparte perfeita do homem macho, forte e racional. São dois polos distintos da relação dominação-exploração, mas que não podem ser entendidos de maneira isolada (SAFFIOTI, 1987, p. 29). Dessa maneira, os conceitos relativos servem como uma estruturação concreta e simbólica de toda a vida social, fazendo com que o gênero passe a ser implicado na concepção e construção das relações de poder em nossa sociedade. Essa naturalização é o caminho mais fácil para legitimar a “superioridade” dos homens e a “subordinação” feminina.

A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do espaço e do tempo. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não tem nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1989, p. 92-93).

As mulheres se encontram tão dominadas por esta ideia de “inferioridade”, que elas mesmas se assumem como seres inferiores aos homens, naturalizando um processo de discriminação que é exclusivamente sociocultural. Se trata aqui do que Saffioti (1989, p. 29) chama de “profecia auto-realizadora”, ou seja, de tanto ouvir que são inferiores as mulheres passam a introjetar essa inferioridade. Envoltas e confinadas por esse cerco invisível das relações de poder, elas passam pelo que Bourdieu (2010, p. 3) denomina de “violência simbólica”, uma forma de poder invisível que é utilizada para manter viva a imposição da dominação. A violência simbólica é legitimada através de discursos, como por exemplo a ideia do “comportamento submisso” da mulher. Isso acaba se tornando um ciclo fechado que reforça a dominação masculina, uma dominação que pode acontecer não só através da violência simbólica, mas também por meio de outros tipos de violência.

2.2 A Violência Masculina contra a Mulher

Antes de darmos prosseguimento ao diálogo aqui perpetrado, é preciso elucidar que durante a construção do trabalho se deu preferência pela utilização do termo *violência masculina contra a mulher* pelo entendimento de que a *violência de gênero* engloba muito mais do que as relações homem-mulher, podendo inclusive estar figurada na agressão entre dois homens que “disputam” uma fêmea ou duas mulheres que “entram em competição” por um macho. Como se tratam de relações sociais regidas pelo sistema patriarcal de gênero, podem ser compreendidas dentro do termo mais amplo que é a violência de gênero. Ainda que deixemos aqui demarcado que a variedade mais praticada da violência de gênero é ainda a do homem contra a mulher, tendo a falocracia como seu sustentáculo principal (SAFFIOTI, 2004, p. 70-71), optamos pela expressão de maneira a não suscitar dúvidas quanto ao foco do estudo, que é a violência praticada pelo homem contra a mulher.

Para Saffioti (1987), a *violência* ainda estaria muito permeada pela concepção de que esta seria a ruptura de alguma forma de integridade do sujeito vitimado, podendo ocorrer nos campos: físico, psíquico, sexual e/ou moral. No entanto, o entendimento do que seria ou não uma “ruptura” se daria muito mais através de uma percepção sócio-histórica-cultural e subjetiva dos envolvidos no caso. Desta maneira, a autora prefere trabalhar com a noção de direitos humanos, entendendo por violência “todo agenciamento capaz de violá-los” (SAFFIOTI, 1987, p. 76). Adotada em Belém-PA no dia 9 de junho de 1994, a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, define, em seu Artigo 1º, Violência contra a Mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que

cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”⁵.

Vigorando desde o dia 22 de setembro de 2006 e tida como o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, a Lei Maria da Penha amplia essa significação ao acrescentar “dano moral ou patrimonial” como uma das formas de Violência contra a Mulher, podendo esta ocorrer: a) dentro do ambiente doméstico e familiar; b) na comunidade e/ou; c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes. Considerada um tipo específico de violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar, como o próprio nome diz, é aquela que se origina dentro do “âmbito da unidade doméstica e familiar, ou em qualquer relação íntima de afeto em que o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima”⁶. A violência familiar envolve membros de uma mesma família, sendo esta extensa ou nuclear. Já a violência doméstica, apesar de apresentar pontos de sobreposição com a violência familiar, também pode atingir pessoas que não pertencem à família, mas podem viver parcial ou integralmente no domicílio do agressor, como é o caso de empregadas (os) domésticas (os) e agregadas (os). Levando a perceber que “o processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Em um grupo de 83 países com dados completos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil ocupa a quinta posição⁷ do ranking de homicídios de mulheres: 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. Muito embora as meninas sejam criadas desde muito cedo para suspeitarem da aproximação de elementos desconhecidos, a grande maioria dos agressores de mulheres são parentes ou pessoas conhecidas, que se aproveitam de maneira torpe da confiança conquistada junto aos seus alvos (SAFFIOTI, 1995, p. 4). É o que mostra os dados do Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil⁸: as maiores atingidas pela violência doméstica e familiar são mulheres. Em apenas dois estados brasileiros (Amapá e Sergipe) o quadro não se repetiu. Quando falamos em agressores desconhecidos, a maior quantidade de casos está entre homens. Em apenas quatro estados (Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul) os dados não se mostraram dessa maneira.

⁵ Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994.

⁶ Lei Maria da Penha, 2006.

⁷ O Brasil fica atrás apenas de: El Salvador (8,9 assassinatos a cada 100 mil mulheres), Colômbia (6,3), Guatemala (6,2) e Rússia (5,3).

⁸ Estudo divulgado pela OMS, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), ONU Mulheres e Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Ainda segundo dados do Mapa da Violência, considerando faixa etária de atendimentos a mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS), entre 16.166 agressões contra crianças do sexo feminino, de 0 a 11 anos de idade, 13.264 (82%) são infligidas pelos pais (pai, mãe, padrasto ou madrasta), principalmente pela mãe, que concentra 42,4% das agressões. Dentre 24.922 agressões contra adolescentes de 12 a 17 anos de idade, 26,5% são de responsabilidade dos pais, enquanto 23,2% dos parceiros ou ex-parceiros. Entre mulheres jovens e adultas, de 18 a 59 anos de idade, de um total de 46.847 agressões, 23.414 são provocadas por seus parceiros (cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados). Esse grupo é cinco vezes maior que o grupo de agressores desconhecidos (4.554). De 6.312 casos de violência registrados contra mulheres idosas, 2.206 (34,9%) tem o filho como principal agressor. No conjunto de todas as faixas etárias, 67,2% do total de atendimentos tem como agressor parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros da mulher. A maior parte das atingidas pela violência são mulheres negras (pretas ou pardas) na faixa etária entre 18 e 30 anos. Enquanto o número de homicídios de brancas diminuiu em 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 vítimas para 1.576), os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% durante o mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Quanto ao tipo de violência, dentre 198.036 mulheres atendidas pelo SUS, o Mapa da Violência aponta que a violência física é a mais frequente, estando presente em 48,7% (96.429) dos atendimentos, principalmente entre jovens (40,9% do total de atendimentos) e adultas (57,1%). Em segundo lugar está a violência psicológica, 23% (45.485) dos atendimentos, também com predominância entre mulheres jovens e adultas. Logo em seguida está a violência sexual, objeto de 11,9% (23.630) dos atendimentos, com maior incidência entre crianças até 11 anos de idade (29% dos atendimentos) e adolescentes (24,3%).

De acordo com o Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve uma ligeira redução no número de mulheres assassinadas em 2018. Foram registrados 4.254 homicídios dolosos de mulheres em 2018, uma diminuição de 6,7% em relação a 2017, quando foram registrados 4.558 assassinatos. Do total, 1.173 são feminicídios, ou seja, quando o crime é motivado pela condição de gênero. Este número é maior que o registrado em 2017 (1.047 casos). Roraima é o estado que tem o maior índice de homicídios contra mulheres, 10 a cada 100 mil mulheres, enquanto o Acre é o que tem a maior taxa de feminicídios, 3,2 a cada 100 mil. Já na Paraíba, foram registrados 24 casos de feminicídio,

uma taxa de 1,2 a cada 100 mil⁹.

Se o gênero, em sua lógica de complementaridade e desigualdade social, é constituinte das relações interpessoais dominantes em nossa sociedade, o que o cenário exposto nos mostra é que a violência é um elemento estrutural da ordem falocrática e do controle social. Em outras palavras, o “gênero” como categoria social em nossa sociedade traz embutido em si a violência (SAFFIOTI, 1995, p. 29). Segundo Saffioti (1995, p. 4) “a violência masculina contra a mulher manifesta-se em todas as sociedades falocêntricas. Como todas o são, em maior ou menor medida, verifica-se a onipresença deste fenômeno”. Neste sentido, a violência contra a mulher se caracteriza como um fenômeno democraticamente distribuído, não considerando classe social, tipos de cultura, desenvolvimento econômico do país ou mesmo questões étnico-raciais, podendo ocorrer tanto no espaço público como no privado.

Embora estas condutas estejam tipificadas no Código Penal brasileiro, são extensamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de violência cometida por homens. Com relação à mulher a sociedade revela muito menor ou nenhuma complacência. Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres (SAFFIOTI, 1995, p. 3).

Tidos como os principais alvos e algozes da violência no espaço público, por outro lado, os homens reinam soberanos entre as quatro paredes do espaço familiar como detentores “legítimos” da força física. E é justamente dentro do espaço intrafamiliar que mulheres e crianças (especialmente meninas) estão mais propensas a serem atingidas pela violência masculina. Desta maneira, “pode-se afirmar, sem muita margem de erro, que a família constitui uma das instituições sociais mais autoritárias e castradoras” (GAIARSA, 1986, 1986a *apud* SAFFIOTI, 1995, p. 33), cumprindo seu papel de legitimar a ideologia da supremacia masculina. A sacralidade e a pretensa “privacidade” da instituição familiar garante a esses homens a segurança de continuar em suas relações violentas em um silenciamento complacente de boa parte da sociedade. São práticas extremamente autoritárias e rotineiras, que implicam não apenas a relação homem-mulher, como também a adulto-criança (aqui incluindo também a mulher com o seu(ua) filho(a)).

E, de fato, as mulheres são os alvos preferenciais das agressões em família, estando, assim, mais expostas a relações de violência rotinizadas. Nesse ínterim, ela formula e executa

⁹ Informações disponíveis no link:

<<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml>>. Último acesso no dia 11 de maio de 2019 às 16:02.

estratégias para conviver com a violência, seja de maneira consciente ou inconsciente. É uma forma de sobrevivência que algumas mulheres atingidas pela violência crônica de seus companheiros passam a adotar, tendo sua força de vontade constantemente violada, mortificam seu próprio eu. Não apenas isso, as mulheres vivem numa “civilização da culpa”, termo que Saffioti (1987) pega de empréstimo de Ruth Benedict (1988). Treinadas desde criança pelas instituições sociais (família, escola, igreja, etc.) a sentir culpa seja por sua própria sexualidade, seus desejos e até mesmo por simplesmente terem nascido mulheres, as atingidas pela violência culpabilizam-se, ainda que não existam razões racionais para isso. Neste ponto, elas necessitam de ajuda para quebrarem o “ciclo de violência” nos quais estão encarceradas pois, “na condição de vítima passiva, ela jamais se livraria sozinha de seu ‘destino de mulher’” (SAFFIOTI, 1995, p. 34).

Nestes casos, a violência tende a descrever uma escalada, partindo de agressões verbais, passando para as físicas e/ou sexuais, podendo atingir ameaças de morte e até mesmo o homicídio. No entanto, existem situações em que ela pode se estabilizar em determinado nível por um longo período de tempo. O que de fato não elimina a possibilidade da elevação da tensão em algum momento da relação, podendo o agressor chegar ao ponto máximo da violência, que seria a destruição completa daquele que ele considera como sendo o seu objeto de desejo/objeto: a mulher. No entanto, “a escalada não acontece forçosamente. Como toda relação social, a relação de violência implica força - não necessariamente física, mas como capacidade de determinar o destino de outro(s)” (SAFFIOTI, 1995, p. 32).

Considerando o exposto, de que a maior parte da violência masculina contra a mulher ocorre no seio de relações afetivas, geralmente intrafamiliares, faz-se necessário fazer uma menção rápida ao conceito de codependência:

Uma pessoa co-dependente é alguém que, para manter uma sensação de segurança ontológica, requer outro indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, para definir as suas carências; ela ou ele não pode sentir autoconfiança sem estar dedicado às necessidades dos outros. Um relacionamento co-dependente é aquele em que um indivíduo está ligado psicologicamente a um parceiro, cujas atividades são dirigidas por algum tipo de compulsividade [sic]. Chamarei de relacionamento *fixado* aquele em que o próprio relacionamento é objeto do vício (GIDDENS, 1992, p. 101-102 *apud* SAFFIOTI, 1986, p. 83).

Existem casos de mulheres resilientes que não se deixam abater pelas condições adversas que passam ao lado de seus cônjuges, mas o mais comum é que as atingidas pela violência prolongada passem pelo processo de co-dependência, onde a própria violência passa a ser o “terceiro membro” dessa relação fixada (SAFFIOTI, 1986, p. 84). São relacionamentos

tão cronificados que um dos cônjuges (ou os dois) não vê a mínima possibilidade de viver sem o outro. O ponto limite dessas relações co-dependentes se mostra nos casos encontrados durante o levantamento de feminicídio seguido de suicídio por parte do companheiro ou ex-companheiro da mulher.

Em questões de gênero, é perceptível que o homem, por ser homem, desfruta de privilégios frente à mulher. Isto acontece não apenas por vivermos no cerne de uma sociedade falocrática que legitima o lugar de superioridade masculina, mas também pela necessidade do homem em se afirmar neste cenário onde ele também é oprimido.

Como a honra - ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada diante dos outros -, a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens”. Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris (BOURDIEU, 2010, p. 32).

Desta maneira, a prática da violência seria não apenas resultado da explosão de sentimentos de raiva reprimidos, mas também o medo permanentemente cultivado no subconsciente masculino da impotência, de se ver excluído do universo da virilidade. Vale salientar que a pretensão aqui não é justificar ou desresponsabilizar os homens pelas agressões cometidas contra as mulheres, mas tentar entender como a dinâmica da violência influencia e é influenciada pelas relações patriarcais de gênero e como isso é transmitido pelos portais de notícia paraibanos para a população. Afinal, “a organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 75). E esse desencontro se dá, muitas vezes, através do cano de uma arma.

A violência masculina contra a mulher pode assim ser pensada como “fruto da necessidade do homem de fazer parecer maior o pequeno poder de que goza neste tipo de relação” (SAFFIOTI, 1995, p. 42). É o que Saffioti (1995) denomina de “síndrome do pequeno poder”. “Em nossa sociedade, os atos de violência são executados, em grande parte, por aqueles que tentam estabelecer seu amor-próprio, defender sua imagem pessoal e demonstrar que também são indivíduos significativos” (MAY, p. 20 *apud* SAFFIOTI, 1995, p. 43).

Os homens não são os únicos a se utilizarem da violência como forma de buscar o (re) estabelecimento de seu amor próprio. As mulheres também atuam desta maneira ao voltar sua agressividade contra crianças (geralmente seus próprios filhos) e idosos, cujo *status* de poder

é entendido como “inferior” ao seu. “O homem domina a mulher, que, por sua vez, domina os filhos, ameaçando-os ainda com a autoridade paterna” (SAFFIOTI, 1987, p. 39). O que contemplamos são elos de impotência e baixa auto-estima que, travestidos por ações violentas, vão se unindo um ao outro até fecharem a corrente dentro da malha das relações sociais. Neste sentido, os ricos violam os direitos humanos dos pobres; os brancos dos negros; os homens os das mulheres; e as mulheres os das crianças e dos idosos (SAFFIOTI, 1995, p. 43).

Considerando a imbricada e indissociável trama forjada entre gênero, classe e raça/etnia, cabe ressaltar que a violência resvala em barreiras que são mutáveis a depender da categoria social à qual pertence o sujeito. Em outras palavras, para os homens brancos heterossexuais e de classe alta, os limites de quem pode ser atingido por sua agressividade são extremamente amplos, quase ilimitados. “O poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 1987, p. 31). À medida em que vamos passando pela escala de poder social essas barreiras vão ficando cada vez mais estreitas e resistentes. Se desconsiderarmos as crianças e os idosos, o sujeito mulher ocupa o último posto nesta hierarquia de poder (SAFFIOTI, 1995, p. 43), principalmente se esta mulher for negra e em situação de pobreza extrema.

Desta maneira, as mulheres convivem em seu cotidiano com uma alta dose de impotência, mas, por outro lado, recebem desde seu nascimento, um “treino social” para lidar com sua própria impotência, já que a expressão dela através da violência não se enquadraria no estereótipo criado pela sociedade da mulher doce e submissa. Isso explica porque, mesmo se vendo em uma situação de impotência muito maior que os homens, as mulheres são muito menos violentas que seus parceiros e familiares homens. A forma como essa trama social se arranja dá a ele o aval para que exprima a sua agressividade/impotência através da violência contra os sujeitos que lhe são mais frágeis socialmente falando: mulheres e crianças (SAFFIOTI, 1995, p. 44).

E não apenas isso, se mostra complacente para com os resultados finais deste enredo, na medida em que constantemente transforma a mulher em ré e redime o homem. É o que mostram os números da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2016, dentre 3.625 entrevistados de 217 cidades brasileiras, 37% concorda com a frase “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, percentual que chega a 42% entre os homens. Já 30% acredita que a “mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada”. Esses dados são maioria principalmente entre brasileiros com 60 anos ou mais (44%), enquanto que entre a faixa etária de 16 e 34 anos, o número cai para 23%. Além disso,

65% da população diz sentir medo de estar sujeita a violência sexual, número que é de 90% entre as mulheres do Nordeste¹⁰.

A ideia do poder como um feixe aberto mais ou menos organizado e piramidalizado de relações sociais, coaduna com o conceito de poder foucaultiano, segundo o qual o *poder* como um objeto mítico que existe por si mesmo e que pode ser apropriado por algumas pessoas como uma riqueza ou um bem, não passa de uma grande falácia. O poder não se dá, nem se troca, ele só existe em ação, no meio de uma relação de forças. Para Foucault (1981), as estratégias de poder se incrustam na malha social e então encontram suas condições de exercício na e pelas micro-relações cotidianas. De fato, “as relações de poder estão talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social” (FOUCAULT, 1981, p. 209). O poder é algo que circula e que só se exerce em rede. No meio desses fios, os indivíduos se encontram tanto em posição de exercer quanto de sofrer a ação do poder, nunca sendo alvos inertes. Ou seja, o poder não se aplica aos indivíduos, mas *passa* por eles.

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (FOUCAULT, 1981, p. 163).

Ainda segundo Foucault (1981), cada um de nós, enquanto sujeitos, somos titulares provisórios de um certo nível de poder e, por isso mesmo, o difundimos em nossas relações sociais cotidianas. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1981, p. 71). O sujeito, com suas características e sua identidade, é um produto destas relações de poder que se exercem sobre os corpos, movimentos, desejos e forças. De fato, estas relações sociais, que também podem ser definidas como relações de poder, se tratam de interações desiguais e relativamente estabilizadas de forças, que cobram um preço tanto dos “dominadores” quanto dos “dominados”. É um processo de “amputação” de ambos os lados, mas que, no caso em estudo, traz um saldo negativo muito maior para as mulheres.

No fundo, a sociedade faz com os homens uma barganha: deixem-se explorar e lhes será oferecido o poder frente às mulheres. Aparentemente, esta transação faz um vitorioso -- o homem - e uma vítima - a mulher. Na verdade, porém, os dois são vítimas, na medida em que a violência

¹⁰ Informações disponíveis no link: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,uma-em-cada-3-pessoas-no-pais-ainda-acha-que-vitima-e-culpada-por-estupro,10000077241>>. Último acesso no dia 21.05.2019 às 09:18

doméstica é autofágica, destruindo ou impedindo o nascimento da sociabilidade democrática no grupo familiar (SAFFIOTI, 1995, p. 45).

Mesmo se referindo a um campo de trabalho diferente, o político, a contribuição da filósofa alemã Hannah Arendt (2016) para o conceito de poder merece ser aqui mencionada. Segundo ela, *poder* se refere à capacidade humana de se unir e agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de um número considerável de indivíduos quanto a um determinado caminho de ação. O *poder*, em termos arendtianos, seria inerente a toda e qualquer comunidade política, não necessitando de justificação, mas sim de legitimidade. Quando desafiada, a legitimidade do poder “ampara a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro” (ARENDR, 2016, p. 69). Desta maneira, o poder não seria propriedade exclusiva de um indivíduo, mas “pertenceria” a um grupo e continuaria existindo apenas durante o tempo em que o grupo se mantém unido. Desta maneira, o poder se refere a um *potencial* de poder. Quando se afirma que alguém “está no poder”, significa que a ele foi dado o direito de agir em nome de um certo número de pessoas (ARENDR, 2016, p. 61).

Neste sentido, podemos relacionar o poder descrito por Arendt (2016) com o patriarcado, que legitima aos homens - e a cada um deles - o direito de subjugar as mulheres através do vigor, da força, autoridade e, em última instância, da violência.

[...] o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre ‘quem domina quem’. Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. (ARENDR, 2016, p. 60).

Segundo Arendt (2016), diferentemente do *poder*, que seria a capacidade de agir em conjunto; o *vigor* se trata de uma entidade individual inerente ao caráter de um objeto ou pessoa, como por exemplo o vigor físico de alguém; já a *força*, frequentemente utilizada como sinônimo de violência, seria a energia liberada por movimentos físicos ou sociais; a *autoridade* se trata do reconhecimento inquestionado e que não requer coerção, nem persuasão, mas sim o respeito pela pessoa ou cargo que ela ocupa, essa mesma autoridade pode ser destruída pelo desprezo; por fim, a *violência* distingue-se dos outros quatro conceitos por seu caráter instrumental, ela está mais próxima ao *vigor* do que necessariamente ao *poder*, visto que os implementos da violência tem como propósito multiplicar o vigor natural do indivíduo (ARENDR, 2016, p. 62-63).

Poderíamos inferir dessa maneira que, a sensação de perda do controle da sexualidade da mulher, ou seja, de impotência do homem perante aquela que é socialmente colocada como seu objeto, se apresenta como o principal convite à violência.

Como o território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus tratos. Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Podemos perceber assim que, a violência apresenta algumas características específicas no que se refere às relações de gênero: visa a preservação da organização social dos papéis de gênero, que tem o feminino como inferior; se amplia e reatualiza na mesma medida em que o poder masculino é ameaçado; se mescla com outras questões de caráter positivo (jogos de sedução, afeto, desejo, esperança); denuncia a fragilizada auto-estima tanto de homens quanto de mulheres, que tendem a negar um ao outro o direito à liberdade até mesmo nas menores ações diárias (SAFFIOTI, 1987, p. 159). Deste modo, percebe-se que a covardia e a insegurança são as duas companheiras inseparáveis da violência masculina contra a mulher. Violência esta que se faz necessária para manter o *status quo* das relações não apenas diferenciadas, mas *desiguais* de gênero nessa nossa sociedade falocrática.

CAPÍTULO 3 – QUANDO UMA NOTÍCIA MORDE UM JORNALISTA¹¹

3.1 A quem serve a caneta?

A ascensão das ONGs feministas na década de 90 contribuíram para o debate público acerca da condição da mulher na sociedade, firmando espaços inclusive na agenda midiática brasileira, sobretudo, de questões de saúde pública e da violência masculina. Na Paraíba destacam-se os trabalhos das ONGs Cunhã - Coletivo Feminista e do Centro da Mulher 8 de Março (AZEVEDO, 2011, p. 15). A partir da ação destes novos atores sociais, dá-se espaço a uma nova ética no meio jornalístico acerca da cidadania das mulheres sujeitas a violência, que antes eram vistas e tratadas como culpadas pela “perda da razão” do homem. “Quando o assassino deixa de ser apresentado como o coitadinho, vítima de alguma Messalina, damos mais um passo na direção da completude da cidadania feminina” (GARCIA, 2011, p. 13). Apesar disso, ainda vivemos em uma realidade distante de um ideal de igualdade e, porque não dizer, de um ideal da cobertura jornalística nesses casos.

Durante a realização das entrevistas com a editora geral e um repórter do Jornal da Paraíba, além do editor do Paraíba Online, cada um deles trouxe uma peça do quebra-cabeça para entendermos o que seria esse *ideal* de jornalismo,

Eu imagino que esse noticiário tem que ter menos central de polícia e mais catequese, digamos assim. Mais investimento numa informação, em conscientização, nessa perspectiva. Mas eu não vejo isso em curto prazo (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

É tratar a mulher como ser humano. De igual 'pra igual, como ser humano (Josusmar Barbosa de Farias, repórter do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 05 de março de 2019).

O ideal é aquele jornalismo que mostra o problema e que de fato consegue apontar soluções. Consegue de fato fazer o papel de incomodar quem deve ser incomodado, que é a autoridade de segurança, a política pública. Como é que a gente de fato 'tá fazendo com que a política pública funcione de forma que a mulher que toma coragem de denunciar seja totalmente resguardada? Eu acho que, na verdade, o que a gente 'tá falhando talvez não seja de motivar a mulher a denunciar, mas a gente 'tá olhando só 'pra um lado. Eu acho que a gente não 'tá conseguindo mostrar esse *gap* [buraco] que tem aí entre a denúncia e a punição. E hoje é um passo importantíssimo porque a mulher às vezes 'tá dentro de uma situação de violência, ela procura ajuda e é reviolentada. Porque às vezes o atendimento policial é outra violência. E

¹¹ Paráfrase de trecho da definição feita no século XIX pelo norte-americano Charles Dana sobre o que é notícia. “Quando um cachorro morde uma pessoa, isso não é notícia. Mas quando uma pessoa morde um cachorro, isso sim é notícia”.

depois ela é violentada de novo porque não recebe a retaguarda. Então assim, ela fica entre a cruz e a caldeirinha. E eu acho que, nesse lugar, a gente não tem conseguido fazer uma boa cobertura. (...) Eu acho que o jornalismo que a gente ‘tá fazendo hoje não ‘tá contribuindo ainda para que o processo seja completo (Aline de Oliveira Lima Pinheiro, editora geral do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 28 de março de 2019).

As falas dos entrevistados nos levam a problematizar pontos importantes das práticas jornalísticas dentro do que é normalmente tratado de forma espetacularizada: a violência. Segundo Thompson (1998, p. 71 *apud* AZEVEDO, 2011, p. 25), a “informação cria um certo tipo de situação social através da qual os indivíduos estão conectados por meio de comunicação e de troca simbólica”. O jornalismo é então entendido como uma ferramenta, um agente social e histórico com a capacidade de produzir representações, sentidos de realidade e constructos mentais, ou seja, se trata de formas de organização do social. “O que significa dizer também que os usos e o desenvolvimento dos meios de comunicação implicam na criação de novas formas de ação e de interação no mundo social e em uma reelaboração do caráter simbólico da vida em sociedade” (AZEVEDO, 2011, p. 25).

Entramos aqui em um conceito que merece ser mencionado, o de Agenda-setting. A Teoria da Agenda-setting surge a partir de uma abordagem sociológica dos processos de produção noticiosos, definindo-se como uma “prática social em que as mídias - pelas dinâmicas de seleção, disposição e incidência de suas notícias - passam a guiar os temas sobre os quais serão discutidos publicamente” (AZEVEDO, 2011, p. 16). Se a publicização de acontecimentos na mídia é responsável por engendrar o debate público, então podemos entender que os agendamentos e enquadramentos dados pelos meios de comunicação podem vir a contribuir para negligenciar ou mesmo reforçar o aumento dos índices trazidos anteriormente (p. 24-25) ou, ir por uma via oposta e contribuir em seu combate. Nas palavras de Breton & Proulx (2006, p. 150), “a influência da mídia é sutil e pode ser exercida de várias maneiras, diretas ou indiretas, valorizando certos modelos ou papéis sociais, insistindo em certos estereótipos, sugerindo comportamentos socialmente aprovados etc”.

Cohn (1973, p. 9), ao escrever sobre a importância da comunicação para o homem moderno, afirma que o indivíduo que ignora a notícia só passa a existir para a sociedade em que vive - um mundo permeado pelos meios de comunicação - quando essa própria condição o converte em notícia (AZEVEDO, 2011, p. 25).

No trabalho de produção de sentidos, as mídias jornalísticas optam por algumas estratégias, que vão desde a disposição da notícia, passando pela diagramação, estilo e qualidade, a fim de transmitir credibilidade e confiança ao público. Isso porque o leitor

precisa acreditar que o que foi veiculado é a realidade e não uma mera construção do jornalista a partir de um recorte dela, ou seja, as notícias são pensadas com o intuito de *persuadir* o público. Segundo Leal e Carvalho (2012, p. 95), para que isso ocorra é preciso que o leitor se familiarize com o veículo, num processo que, posteriormente com o hábito de consumo, os receptores se vejam representados na e pela mídia que elegem como sua a partir da postura e imagem (a assinatura) que o meio possui e transmite. No caso em análise, a imagem do portal.

Afirmar a identidade de uma mídia jornal, em perspectiva comunicacional, implica reconhecer não apenas a existência de uma identidade para ela, como também a transforma em agente discursivo, certamente capaz de reproduzir enunciados, mas dotada de autonomia para estabelecer condições particulares de enunciação, que organizam e dispõem de modo coerente outros discursos ao longo da variedade de suas edições e subdivisões (LEAL & CARVALHO, 2012, p. 85).

A expressão “sujeito semiótico”, de Erick Landowski (1992, *apud* LEAL & CARVALHO, 2012, p. 100), “designa tanto o fato de as mídias jornalísticas terem identidade, serem atores no cotidiano, na relação com suas fontes e seus receptores e com outras instituições sociais, como também a natureza dessa existência e de sua ação.” Landowski diz que esse “sujeito semiótico” nasce da superposição de duas instâncias: a do tempo contado das narrativas e o tempo da enunciação e da recepção do seu discurso. Apesar da complexidade e da performatividade em torno da identidade de uma mídia jornalística, é possível verificar traços permanentes que não constituem uma unicidade, uma identidade estável, mas mostram posições que certos periódicos assumem em meio às redes discursivas que perpassam acontecimentos e campos problemáticos, assumindo então um caráter narrativo.

3.2 Um verbo e dois substantivos: “selecionar”, “critérios” e “valores”

Diante de todo o exposto até agora, pedimos permissão para fazer um retorno a questão mais básica do Jornalismo: o que é notícia? Ou, mais precisamente, o que *pode* ser notícia? As respostas, muitas vezes vagas, variam de “o que é importante” a “o que interessa ao público”. Geralmente tratada como um lugar-comum, um constructo primitivo do Jornalismo, a notícia foi muitas vezes no passado relegada a uma categoria de pouco interesse dentro dos estudos acadêmicos (SHOEMAKER, 2014, p. 15). Os autores definem notícia como “um artefato social, algo (uma informação via discurso, texto, vídeo ou foto) que viaja

de uma pessoa (ou de uma organização) para um único - ou para múltiplos - receptor/receptores”. Mas isso ainda não é o suficiente para se fazer entender o que leva um acontecimento a receber o estatuto de notícia, em detrimento de tantos outros.

Gans (2004, p. 78-79 *apud* SILVA, 2014, p. 26-28), propôs uma divisão em quatro grandes grupos das teorias que versam sobre a origem do que seria ou não notícia. O primeiro modelo perpassa o julgamento subjetivo do próprio jornalista quanto a construção/formatação do conteúdo noticioso, ou seja, aqui entram os vieses ideológicos de cada um dos profissionais que integram a redação do meio de comunicação. Um exemplo clássico disso é o estudo conduzido por David Manning White em 1950 sobre a dinâmica de seleção de notícias, que o levou a nomear de *gatekeeping* o processo de escolha dos acontecimentos passíveis de serem noticiados. O segundo grupo definido por Gans (2004) vem enfatizar as rotinas de produção das organizações midiáticas, revelando como questões de ordem eminentemente organizacional influenciam no processo de seleção da notícia. Aqui estão incluídas as questões comerciais, estruturas administrativas e até mesmo divisões de trabalho que envolvem as diferentes empresas. São exemplos dessa abordagem a análise sobre o processo de “controle social” nas salas de redação, de Warren Breed (1960); estudo sobre os procedimentos operacionais que são compartilhados pelos jornalistas no processo de coleta das notícias de Leon Sigal (1973); assim como a discussão empreendida por Gaye Tuchman (1973) acerca do que ele chama de “rotinização do inesperado” e a partilha de “valores de objetividade” pelos profissionais da imprensa.

O terceiro modelo apontado pelo autor advém das conhecidas “teorias do espelho”, paradigmas que se pautam na premissa de que são os próprios eventos que determinam o processo de seleção das notícias. Nesse meio caberia ao jornalista o papel de reproduzir para o público os eventos tal e qual acontecem, ou seja, os pesquisadores partem aqui de uma pretensa “imparcialidade total” do trabalho jornalístico. Esse tipo de concepção vem caindo em desuso desde o final dos anos 60, a medida em que estudos comparativos passaram a mostrar que eventos semelhantes, ou até o mesmo evento, não recebem tratamento análogo nos meios de comunicação, o que colocaria em xeque a imagem desse espelho.

O último grupo de teorias nos leva até o lado de fora das organizações jornalísticas para pensar no processo de seleção noticiosa. Estamos falando aqui de estudos que vão em duas direções distintas: a primeira, que coloca o jornalismo como essencialmente capitalista, onde a pressão dos anunciantes e dos grupos de interesse figuraria como a principal responsável pelo tratamento dado às notícias; e outra que segue no caminho das chamadas teorias “culturalistas”, que atrelam o processo de seleção noticioso aos valores culturais do

meio no qual as mídias e os produtores estão imersos (GANS, 2004, p. 78-79 *apud* SILVA, 2014, p. 28-29).

Para fins de continuidade do debate, se entende, assim como o próprio Gans (2004), que cada um desses modelos representa um fragmento de resposta que se entrelaça na compreensão do que é o ato de selecionar acontecimentos que possuem ou não valor enquanto notícia. Entendimento este que é reafirmado através das entrevistas que foram realizadas durante o correr do presente trabalho. De acordo com Schudson,

a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam-se a pensar (SCHUDSON *apud* SILVA, 2014, p. 52).

Estamos falando aqui de três noções teóricas imprescindíveis na rotina jornalística: “seleção noticiosa”, “critérios de noticiabilidade” e “valores-notícia”, ou, em outras palavras, o processo de “selecionar” um acontecimento a partir de determinados “critérios” e “valores” (SILVA, 2014, p. 29-30). Ainda que os conceitos de critério de noticiabilidade e valor-notícia tenham sido muitas vezes utilizados como sinônimo, durante a concepção deste trabalho, consideramos, assim como Shoemaker (2014, p. 16) que eles são distintos. Segundo a autora, noticiabilidade seria “um constructo cognitivo, um julgamento feito pelos seres humanos”, sendo eles jornalistas ou não, do que seria interessante. Silva (2014) compreende noticiabilidade como:

Todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2014, p. 52).

Desta maneira, percebe-se a existência de ao menos três instâncias diferenciadas que compõem o conjunto do que seriam os critérios de noticiabilidade, estando elas ligadas: a *origem dos fatos* (seleção primária dos acontecimentos, o que será chamado de valor-notícia), considerando aqui atributos próprios ao fenômeno e/ou que são reconhecidos por veículos e profissionais da imprensa; ao *tratamento dos fatos*, seleção hierárquica dos fatos, que levaria em consideração além dos valores-notícia, fatores inseridos dentro da organização (formato do produto final, qualidade do material jornalístico apurado, prazos, infra-estrutura, tecnologia, etc) e extra-organizacionais (relações do repórter com fontes e públicos); e por

fim, a *visão dos fatos* inseridos aqui os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo (conceito de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade), além de questões de âmbito histórico-cultural. São conjuntos que se interrelacionam e atuam de maneira concomitante na prática da produção noticiosa (SILVA, 2014, p. 52).

Sendo assim, o produto informativo parece ser resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que tem por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido no jornal, noticiário ou no telejornal. Essas negociações são realizadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez, e ocorrem em momentos diversos do processo de produção (WOLF, 2003, p. 200 *apud* SILVA, 2014, p. 53).

Os critérios de noticiabilidade se configuram então como necessários para delinear os potenciais de atuação de cada veículo de comunicação diante da infinidade de acontecimentos que ocorrem cotidianamente. Esse recorte serve tanto para os profissionais que ali operam, quanto para os consumidores do produto noticioso que já sabem o que devem esperar de cada mídia (SILVA, 2014, p. 54). As organizações e os próprios jornalistas criam conteúdos pressupondo um determinado público que o receberá. Segundo Jean Chalaby (1998, p. 81-82 *apud* GUERRA, 2014, p. 41-42), essa relação entre “produto midiático” e “expectativa da audiência” é um advento das transformações ocorridas nos discursos jornalísticos no século XIX. Nesse meio, os jornalistas passaram a atentar ao interesse de suas respectivas audiências na adequação das notícias, o “leitor-modelo” ou “interlocutor imaginário”. “A antecipação da audiência real pelos critérios de noticiabilidade permite aos jornalistas e às organizações um melhor planejamento e realização do trabalho” (GUERRA, 2014, p. 43). Essa dinâmica pode ser vista tanto nas entrevistas realizadas com os profissionais do Jornal da Paraíba quanto do Paraíba Online, onde a seleção dos acontecimentos que devem ou não virar notícia em cada um dos portais passa por duas vias: organizacional (aqui incluindo as rotinas produtivas próprias de cada redação e a “imagem” que cada um construiu com os anos) e o público (ora entendido como leitor-consumidor, ora como consumidor-leitor).

Para Guerra (2014, p. 45), “os critérios, se considerados ineficientes, precisam ser reformulados e aperfeiçoados, mesmo assim, sempre estarão postos diante de determinados limites”, já que a ausência total de critério poderia acabar gerando a inviabilização do trabalho em função de um grande contingente de acontecimentos e formas diferenciadas de se lidar com eles. Segundo os pesquisadores dinamarqueses Galtung & Ruge (1999), quanto mais os fenômenos atenderem os critérios de noticiabilidade, mais possibilidades terão de ser *selecionados* como notícias; a partir de então, o que torna o acontecido noticiável será

salientado através de um processo de *distorção*; e os dois processos (seleção e distorção) terão lugar em todas as fases de construção da cadeia, desde o acontecimento até a sua *repercussão* junto ao leitor (GALTUNG & RUGE, 1999, p. 71-72 *apud* SILVA, 2014, p. 35).

Tobias Peucer foi o primeiro a abordar a noção de noticiabilidade no mundo ocidental, em 1690. Mesmo não tratando diretamente sobre critérios de noticiabilidade, Peucer chegou a delinear características (valores) que as notícias devem apresentar, seriam elas: “coisas acontecidas recentemente; fatos históricos importantes; temas de interesse cívico; acontecimentos insólitos; catástrofes; e o que se passa com as pessoas ilustres” (SOUSA, 2004, p. 41 *apud* SILVA, 2014, p. 33). Para Shoemaker (2014), os acontecimentos estariam divididos em *desviantes* e *socialmente significantes*, podendo ou não conter essas duas dimensões ao mesmo tempo.

Acontecimentos podem ser *estatisticamente desviantes* (incomuns, insólitos), *normativamente desviantes* (quebras de leis e normas) e/ou *possuir um teor de desvio que envolva as mudanças sociais* (revoluções, legislações controversas, líderes carismáticos, etc). Eventos e coberturas midiáticas que possuem significância social envolvem a *política* (ações legislativas, por exemplo), a *economia* (quando os lucros das corporações estão baixos), a *cultura* (o declínio de um teatro local) e o *bem-estar social* (se a vacina contra a gripe é ineficiente). As dimensões de desvio e de significância social podem ser correlacionadas uma com as outras, o que resulta na formação de um novo constructo, a complexidade. Um acontecimento pode ser tão simples quanto uma lista de pessoas que têm adquirido casas em sua comunidade ou ser resultado de situações altamente complexas que incluem elementos das *sete categorias* de noticiabilidade (SHOEMAKER, 2014, p. 16, com grifos nossos).

Nesse ponto se entende a concepção de notícia trazida pela frase irônica de Charles Dana e que ajudou a dar nome ao capítulo: “quando um cachorro morde uma pessoa, isso não é notícia. Mas quando uma pessoa morde um cachorro, isso sim é notícia”. Percebe-se aqui “a ligação intrínseca que a noticiabilidade possui com a ideia do inaudito” (SILVA, 2014, p. 31), do desviante. Podemos complexificar a afirmação de Dana da seguinte maneira: se a pessoa que mordeu o cachorro (acontecimento insólito) era uma figura pública (pessoa ilustre) e se essa figura pública estava envolvida com questões relacionadas aos direitos dos animais (tema de interesse cívico), então o interesse apresentado pelos meios de comunicação ao acontecimento muito provavelmente será diferente de uma segunda situação hipotética em que a pessoa que atacou o cachorro era alguém da classe popular.

Entramos aqui em um segundo tema de debate: o valor-notícia. Os valores-notícia estão diretamente relacionados com a ideia de noticiabilidade, sendo entendidos como parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável,

estejam eles presentes na própria natureza dos fatos ou dentro das rotinas produtivas dos jornalistas, independentemente se essas configuram regras explícitas ou implícitas, como sugerem Shoemaker e Cohen (2006 *apud* SILVA, 2014, p. 31). O conceito é definido originalmente por Golding e Elliot como,

critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores-notícia são, portanto, *regras práticas* que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais (GOLDING; ELLIOT *apud* GUERRA, 2014, p. 40, com grifos nossos).

Para análises posteriores será utilizada como referência a lista de valores-notícia proposta por Silva (2014, p. 65-66), são eles: 1) *Impacto*, número de pessoas envolvidas (no fato); número de pessoas afetadas (pelo fato); grandes quantias (dinheiro). 2) *Proeminência*, notoriedade; celebridade; posição hierárquica; elite (indivíduo, instituição, país); sucesso / herói. 3) *Conflito*, guerra; rivalidade; disputa; briga; greve; reivindicação. 4) *Tragédia / Drama*, catástrofe; acidente; risco de morte e morte; violência / crime; suspense; emoção; interesse humano. 5) *Proximidade*, geográfica; cultural. 6) *Raridade*, incomum; original; inusitado. 7) *Surpresa*, inesperado. 8) *Governo*, interesse nacional; decisões e medidas; inaugurações; eleições; viagens; pronunciamentos. 9) *Polêmica*, controvérsia; escândalo. 10) *Justiça*, julgamentos; denúncias; investigações; apreensões; decisões judiciais; crimes. 11) *Entretenimento / Curiosidade*, aventura; divertimento; esporte; comemoração. 12) *Conhecimento / Cultura*, descobertas; invenções; pesquisas; progresso; atividades e valores culturais; religião.

Faz-se necessário não perder de vista que os valores-notícia estão presentes em todas as fases da atividade jornalística, não funcionando isoladamente e nem se constituindo como impedimentos à atividade do profissional de imprensa. Fazem parte da cultura da profissão, ou seja, são racionalizados e interiorizados pelos jornalistas. Sua utilização visa permitir uma orientação da ação da rotina produtiva da redação. Além disso, os valores-notícia não são arquétipos imutáveis, mas são passíveis de evoluir com o passar do tempo (CORREIA *apud* SILVA, 2014, p. 67).

Atualmente nos vemos mergulhados em um novo enquadramento histórico, que é o da sociedade em rede, uma sociedade articulada e amplamente conectada por meio da internet. Essa dinâmica vem causando uma modificação na própria lógica espaço-temporal (HARVEY,

2001 *apud* BUSS, 2014, p. 202) e transformando os processos jornalísticos, incluindo aqui a apuração e o fluxo das notícias. Estamos diante de uma perspectiva na qual a principal preocupação deixa de ser o *espaço* e se torna o *tempo*. “Vemos um rompimento do fluxo informacional de atualização diária, de vinte quatro em vinte quatro horas, tempo particular ao jornal impresso” (BUSS, 2014, p. 202), que antes contava com a produção de uma única edição ao dia, para uma atualização das informações de segundo a segundo, sem a imposição do limite espacial. Os critérios de noticiabilidade passam então por uma reformulação, incluindo questões que antes eram essenciais ao trabalho do jornalista, como a ideia do “furo noticioso”.

[...] alguns dos nossos colaboradores, eu acredito, o instintivo é dar primeiro do que todo mundo. Essa questão de querer dar a notícia primeiro leva a muitos equívocos e muitas incorreções. (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

Não dá ‘pra você discutir o conceito do furo jornalístico como se falava a 15 anos atrás, entendeu? Porque tipo... o que era um furo ‘pra um jornal, que o outro jornal só ia conseguir dar no outro dia aquela história, hoje em dia rapidamente os outros veículos correm atrás e conseguem fazer (Aline de Oliveira Lima Pinheiro, editora geral do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 28 de março de 2019).

Essa não é a única questão a ser levantada. As novas tecnologias vem em conjunto com a lógica do mercado capitalista, sendo esta junção, de acordo com Buss (2014, p. 202-203), “o berço da sociedade em rede (globalizada, capitalista e informacional)”. O que temos é a constituição de uma nova lógica social sob a hegemonia da ordem capitalista. É um novo ciclo que passa a ser reafirmado pelas novas tecnologias da informação e uma nova forma de organização da produção que, muitas vezes, privilegia a quantidade ao invés da qualidade. De fato, “a sociedade em rede apresenta novos ritmos sociais, novas demandas, um novo tipo de consumo, de relacionamento [e] gerenciamento de informação”. (CASTELLS, 2000, p. 472 *apud* BUSS, 2014, p. 205).

Temos aqui a presença de uma tríade problemática em termos éticos: a velocidade do novo modelo de notícia; a busca por mais visualizações em uma lógica de jornalismo-produto; e as mudanças na rotina produtiva impostas pelo online, e que são ainda apenas um vislumbre para alguns profissionais (pode-se encontrar no material analisado a ânsia de alguns portais em ser o primeiro a noticiar o fato). A junção intrincada dessas três questões faz com que os jornalistas deixem para trás algumas etapas do processo de produção, o que acaba potencializando deslizes éticos e, no caso em estudo, um reforço a estereótipos de gênero,

além da revitimização dessas meninas e mulheres. São erros que não se justificam e que acabam causando um desserviço à categoria.

Qualquer que seja o conceito que o jornalismo busca para si, não se pode deixar de reforçar sua função social nem se desprender da responsabilidade social que lhe é própria, nem se esquecer da qualidade técnica, ser exercido sem ética ou distanciar-se do interesse público. Se descartar essas bases, perde as raízes que o sustentam (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 102).

Devemos ter em mente que as informações transmitidas pelos jornalistas ajudam na formação da opinião pública. A veracidade do que é divulgado é uma característica *sine qua non* a profissão e está acima de qualquer meio e suas particularidades. Nesse ponto, o depoimento dos profissionais entrevistados coaduna com o que aponta Christofolletti (2008),

Eu acho que questão de qualidade varia muito de acordo com a postura do próprio jornalista, a postura do veículo, entendeu? Porque é possível ainda fazer mais rápido - as vezes é um pouco mais enxuto, as vezes não aprofunda tanto -, mas fazer com qualidade (Aline de Oliveira Lima Pinheiro, editora geral do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 28 de março de 2019).

Na Paraíba eu acho que tem uns mil portais. É tanto portal e blog que é uma loucura. Então você tem que ser rápido, mas a gente tem que prezar pela qualidade. Eu to desde 89 na imprensa, já fui do Diário da Borborema, várias rádios. Eu nunca na minha vida respondi a um processo, entendeu? Porque eu faço um negócio bem feito (Josusmar Barbosa de Farias, repórter do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 05 de março de 2019).

Há um lembrete, uma recomendação peremptória de confirmar as coisas, apurar mesmo que nós estejamos *offline* disso e venhamos a dar a notícia uma hora, três, quatro horas depois. É melhor aguardar a confirmação do fato por uma fonte fidedigna do que matar uma pessoa injustificadamente. A gente perde visualizações, pode até perder a essência do online, mas o que acontece hoje? A gente tem um bocado de grupos, ou até de blogs, que jogam a notícia ali, depois tira, apaga e fica por isso mesmo. ‘Pra um site que tem um volume de visualização que a gente tem, até pela repercussão penal e financeira que pode ter, a gente tem que ter sempre mais comedimento. Inevitavelmente (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

No meio dessas renovações conturbadas dentro das rotinas produtivas e sua relação cada vez mais instável com a ética jornalística, entramos num descaminho que vem sendo alvo de diversos estudos e críticas durante os anos: as matérias policiais. Muitas vezes tida e referenciada como uma “editoria menor”, a editoria policial passou a ser vista como um degrau para jornalistas que buscam o seu lugar em áreas mais “nobres” da mídia como a política, educação e cultura. O que faz com que as notícias que tratam de crimes e violência

sejam muitas vezes negligenciadas e/ou feitas de qualquer maneira apenas para “cumprir tabela” ou “agradar a um nicho de leitores”. “Uma notícia que deixa indiferente os jornalistas será publicada com tédio e como por obrigação, se chega a dar-se” (GOMIS, 1991, p. 55 *apud* MOREIRA, 2014, p. 160).

A partir daqui mergulhamos na análise propriamente dita do material coletado, reforçando que antes de mais nada estamos tratando diretamente com *vidas* e nesse ponto não existe de fato uma receita pronta que seja válida para todas as realidades, mas talvez o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros nos sirva como uma boa bússola. Em seu Art. 6º, ele afirma que é dever do jornalista: “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza”.

CAPÍTULO 4 - “A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL”¹²

4.1 MATERIAL E MÉTODO: o fio de Ariadne

Durante os meses de março e abril de 2019 foi realizada a observação diária e sistemática dos seguintes portais: *Jornal da Paraíba*, *Paraíba Online* e *ClickPb*, com a eventual catalogação das matérias que tratavam explicitamente de violência masculina contra a mulher. Foi dada prioridade a matérias factuais e recentes ocorridas no estado da Paraíba, excluindo casos de assalto, o que convencionalmente se define nas matérias como “acerto de conta”, tráfico de drogas, agressões entre mulheres ou que eram desdobramentos de casos anteriores ao início do levantamento. Casos de violência contra mulheres trans foram identificados durante a fase de coleta, mas optou-se por não incluí-los na pesquisa pela percepção de que o debate relacionado mereceria um segundo estudo em profundidade. Matérias de cunho mais geral, como projetos de lei, dados e questões referentes a datas comemorativas, foram catalogadas para serem utilizadas como referencial, mas não fizeram parte da contabilização e análise a seguir.

Desta maneira, nosso *corpus* de análise é constituído por 78 matérias resultantes de 43 casos de violência contra a mulher. Destes, 16 casos e 22 matérias são referentes a março e os outros 27 casos e 56 matérias ao mês de abril. Vale ressaltar que o material aqui exposto foi retirado da editoria “Policial” dos portais, com exceção do *Jornal da Paraíba* que substituí o termo por “Vida Urbana”. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a editora geral e um repórter do *Jornal da Paraíba*; além do editor do *Paraíba Online*, considerando questões de cunho organizacional (rotina produtiva, formação da equipe, processo de edição), jornalístico (manuais de ética, como esses casos são pautados na redação, valor-notícia, postura do portal em relação a divulgação de nomes e/ou imagens) e histórico-cultural (o papel do jornalismo na conscientização dos casos de violência). Os questionários foram constituídos logo após uma primeira análise das matérias coletadas, sendo assim, levando em consideração subjetividades presentes em cada um dos portais. Foi iniciado o contato com o *ClickPb*, mas por desentendimentos de ordem prática do portal conosco, as entrevistas acabaram não sendo realizadas até o fechamento do presente trabalho.

Considerando que o objetivo é compreender de que maneira se deu a construção noticiosa destes casos, principalmente no que se refere ao tratamento dado às mulheres em

¹² “Joana de Tal”, Chico Buarque de Hollanda. Referência trazida no Prefácio do livro “Mulheres em Pauta: gênero e violência na agenda midiática” (2011), Sandra Raquew dos Santos Azevêdo.

situação de violência e aos suspeitos/acusados, o método de investigação escolhido foi a Análise de Conteúdo descrita por Bardin (1977) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a *inferência* de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 43).

Comunicação seria referida por Bardin (1977, p. 32) como “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este”. O analista de conteúdo seria tido como um arqueólogo, que trabalha com vestígios (os documentos que pode descobrir ou suscitar) na busca de estabelecer uma correlação entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas presentes dentro dos enunciados que ele se propõe a analisar, realçando um sentido/significado que se encontra em segundo plano à leitura.

Entende-se, assim como Bardin, (1977, p. 16) que “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”. A autora sugere o termo “variáveis inferidas” como um substituto mais neutro para “condições de produção” que, segundo ela, seria vago o suficiente para possibilitar inferências de diversas variáveis (psicológicas do indivíduo emissor, sociológicas e culturais, relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem, etc.), além de não considerar a recepção das mensagens pelos indivíduos de uma sociedade. Estas variáveis se relacionam com dois tipos de problemas, a depender da visão e da busca do analista em sua pesquisa: o que é que conduziu a um determinado enunciado? e; quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Os dois questionamentos não são mutuamente excludentes. A análise aqui exposta se focou principalmente no primeiro (como se deu a construção das notícias que tratam de violência masculina contra a mulher), já que a segunda problemática implicaria muito mais em uma pesquisa de recepção.

Deste modo, o método investigativo se dividiu em três momentos principais: os dois primeiros de caráter mais quantitativo, focados principalmente no material coletado nos portais e o último, de ordem qualitativa, compreende as entrevistas realizadas que acabaram por contribuir de forma significativa, ora como contraponto, ora como afirmação quanto ao que foi encontrado nas matérias. Durante o primeiro momento foi realizada a divisão em tipos de violência destes 43 casos e 78 matérias coletadas entre os meses de Março e Abril, no intuito de averiguar, através dos dados, se existe alguma preferência dos portais em divulgar

determinados casos de violência, averiguando ainda quais os níveis de relação existentes entre a mulher em situação de violência e o homem apontado como suspeito/acusado. Logo depois se adentrou em uma análise das rotinas produtivas (horário de postagem, mídias que vem pautar o portal, desdobramentos) e das matérias propriamente ditas (relação quantidade de linha, quantidade de parágrafo e; sujeitos comumente presentes nas matérias), para então desaguar na discussão pormenorizada de cada portal, guiada pelas entrevistas, no caso do Jornal da Paraíba e do Paraíba Online, e pelas matérias, no caso do ClickPb.

Vale ressaltar que por mais aprofundada que seja a investigação “o processo da análise de conteúdo é ‘arborescente’, quer dizer, técnicas e interpretações atraem-se umas às outras e, *à la limite*, não é possível esgotar o discurso” (BARDIN, 1977, p. 80). Então um segundo analista que viesse a verificar os dados aqui coletados poderia encontrar categorias diferentes para serem estudadas.

4.2 No Brasil, uma Mulher é morta a cada duas horas¹³

O material coletado nos portais foi inicialmente dividido em oito categorias de análise, são elas: Femicídio, Estupro, Estupro de Vulnerável (compreende os casos onde a mulher é menor de 14 anos), Importunação Sexual (comumente classificado como “Assédio Sexual”), Agressão, Atentado ao Pudor, Ameaça e Exposição de Vida Privada. Estas oito categorias ainda foram subdivididas entre duas tipificações: quando o caso é referente a suspeito/acusado conhecido da mulher e quando este lhe é desconhecido. Vale ressaltar que as nomenclaturas utilizadas nesta pesquisa foram retiradas do Código Penal Brasileiro. A única exceção se refere ao caso ocorrido no mês de abril, onde o ex-namorado da adolescente é suspeito de divulgar em redes sociais um vídeo de ato sexual dos dois. O Código Penal define tal crime como “Divulgação de Vídeo de Sexo”, mas se deu preferência aqui pelo termo “Exposição de Vida Privada”. Desta maneira, alguns dos casos aqui quantificados foram tipificados a partir das nossas inferências com base nas informações colocadas pelas próprias matérias.

¹³ Números do Monitor da Violência do G1. Informações disponíveis no link: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>>. Acesso em 27 de maio de 2019 às 22:02.

TABELA 1: Tipificação dos casos (43) referentes aos meses de Março e Abril e sua relação entre a categoria Suspeito/ Acusado

	SUSPEITO / ACUSADO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
FEMINICÍDIO	Conhecido	1	5	6
	Desconhecido	0	0	0
ESTUPRO	Conhecido	0	2	2
	Desconhecido	1	1	2
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	Conhecido	2	5	7
	Desconhecido	0	0	0
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	Conhecido	2	0	2
	Desconhecido	1	0	1
AGRESSÃO	Conhecido	8	9	17
	Desconhecido	0	0	0
ATENTADO AO PUDOR	Conhecido	0	0	0
	Desconhecido	1	0	1
AMEAÇA	Conhecido	0	4	4
	Desconhecido	0	0	0
EXPOSIÇÃO DE VIDA PRIVADA	Conhecido	0	1	1
	Desconhecido	0	0	0
	TOTAL	16	27	43

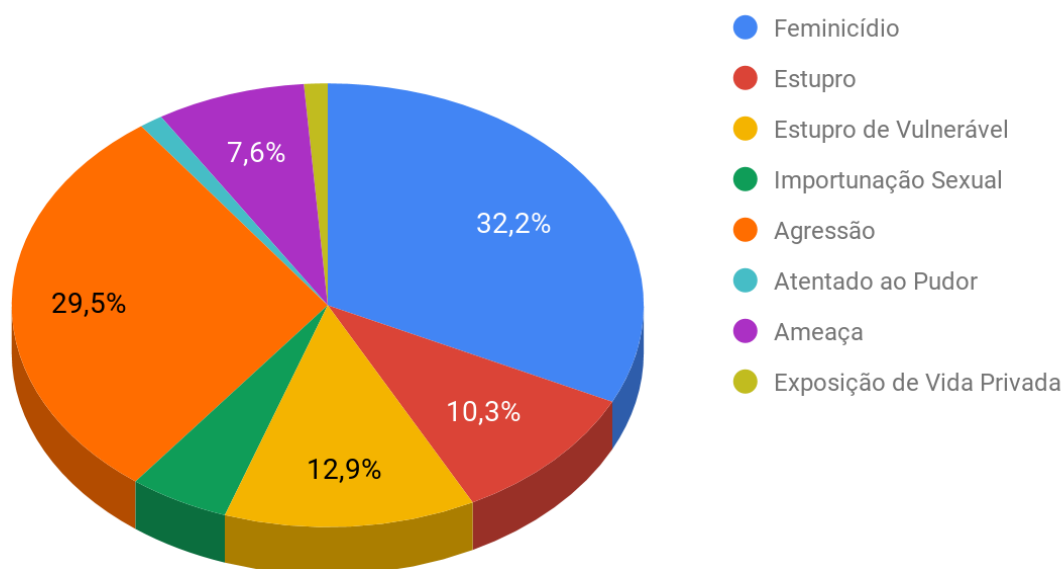
Dos 43 casos aqui analisados, apenas 4 (9,4%) são referentes a crimes que tem por suspeito/acusado homens desconhecidos das mulheres em situação de violência, sendo destes,

2 casos de estupro, 1 de importunação sexual e 1 de atentado ao pudor, enquanto os outros 39 (90,6%) tem como principal suspeito um conhecido (marido, ex-marido, namorado, ex-namorado, pai, padrasto ou pessoas do convívio intrafamiliar da mulher). Destes 39 casos, 28 (71,7%) tem o marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado como suspeito/acusado (incluindo aqui o caso de um homem de 39 anos que seria “namorado” de uma criança de 11 anos); 5 (12,8%) o padrasto ou pai; 3 (7,6%) homens do convívio social das mulheres, incluindo vizinho e professores; 2 (5,1%) filhos e; 1 (2,5%) tem como principal suspeito o tio. Quanto a tipificação, 17 (39,5%) são referentes a Agressão; 7 (16,2%) a Estupro de Vulnerável; 6 (13,9%) a Feminicídio; 4 (9,3%) a Estupro; 4 (9,3%) a Ameaça; 3 (6,9%) a Importunação Sexual; 1 (2,3%) a Atentado ao Pudor e; 1 (2,3%) a Exposição de Vida Privada. Ainda que em uma escala muito menor, os dados aqui encontrados convergem com os trazidos do Mapa da Violência, no Capítulo 1.

Além disso, percebe-se que, na **Tabela 1**, a quantidade de casos se mostra superior em Abril (62,8%), se comparado ao mês de Março (37,2%). (Valores aproximados)

GRÁFICO 1: porcentagem da quantidade de matérias (78) por tipo de violência

TIPIFICAÇÃO POR QUANTIDADE DE MATÉRIA



Dentre as 78 matérias coletadas, 25 (32,2%) são referentes a Feminicídio, 23 (29,5%) a Agressão, 10 (12,9%) a Estupro de Vulnerável, 8 (10,3%) a Estupro, 6 (7,6%) a Ameaça, 4 (5,1%) a Importunação Sexual, 1 (1,2%) a Atentado ao Pudor e 1 (1,2%) a Exposição de Vida Privada. (Valores aproximados). A partir dos dados aqui expostos, é possível perceber que

casos de Femicídio (23), Agressão (10), Estupro de Vulnerável (8) e Estupro (6) ganham mais espaço nos portais que outros tipos de violência considerados culturalmente como “menos graves”.

TABELA 2: Tipificação dos casos divididos entre os portais nos meses de Março e Abril

	Suspeito / Acusado	MARÇO			ABRIL		
		Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb
FEMINICÍDIO	Conhecido	0	3	0	5	7	10
	Desconhecido	0	0	0	0	0	0
ESTUPRO	Conhecido	0	0	0	0	1	2
	Desconhecido	0	0	1	0	2	2
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	Conhecido	0	0	2	1	2	5
	Desconhecido	0	0	0	0	0	0
IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	Conhecido	2	1	0	0	0	0
	Desconhecido	0	0	1	0	0	0
AGRESSÃO	Conhecido	0	2	9	0	3	9
	Desconhecido	0	0	0	0	0	0
ATENTADO AO PUDOR	Conhecido	0	0	0	0	0	0
	Desconhecido	0	0	1	0	0	0
AMEAÇA	Conhecido	0	0	0	0	2	4
	Desconhecido	0	0	0	0	0	0
EXPOSIÇÃO DE VIDA PRIVADA	Conhecido	0	0	0	0	0	1
	Desconhecido	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2	6	14	6	17	33

Dentre as 78 matérias coletadas, 8 (10,2%) são de autoria do Jornal da Paraíba, 23 (29,4%) do Paraíba Online e 46 (60,2%) do ClickPb, este último se mostrando o portal mais ativo em termos de publicação. Quando fazemos a relação entre quantidade de matérias publicadas por portal e sua tipificação, temos os seguintes resultados: de 8 matérias do Jornal

da Paraíba, 5 (62,5%) são referentes a casos de Femicídio, 2 (25%) a Importunação Sexual e 1 (12,5%) a Estupro de Vulnerável; das 23 matérias publicadas pelo Paraíba Online, 10 (43,4%) são de Femicídio, 5 (21,7%) de Agressão, 3 (13%) de Estupro, 2 (8,6%) de Estupro de Vulnerável, 2 (8,6%) de Ameaça e 1 (4,3%) de Importunação Sexual; já no ClickPb, dentre 47 matérias, 18 (38,2%) são de Agressão, 10 (21,2%) de Femicídio, 7 (14,8%) de Estupro de Vulnerável, 5 (10,6%) de Estupro, 4 (8,5%) de Ameaça, 1 de Importunação Sexual (2,1%), 1 (2,1%) de Atentado ao Pudor e 1 (2,1%) de Exposição de Vida Privada, sendo o único dos três portais em que Agressão aparece à frente de Femicídio em quantidade de matérias publicadas e também o que abrange mais subtipos de violência. Em todos os portais foi percebido um aumento na quantidade de matérias publicadas entre os meses de Março e Abril.

TABELA 3: Rotinas Produtivas / Acompanhamento / Desdobramento das matérias dos portais em relação aos meses de Março e Abril

	MARÇO			ABRIL		
	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb
Rotinas Produtivas (horários)¹⁴	10:03	Entre 13:18 e 23:13	Entre 6:02 e 17:23	Entre 7:04 e 14:04	Entre 7:38 e 23:40	Entre 6:07 e 21:37
Rotinas Produtivas (mídias externas)	X	Renato Diniz.com; Secom/PB	Catolé Agora	G1	Secom/PB; G1PB; Rádio CBN; Rádio Correio FM	X
Acompanhamento / Desdobramento	X	2	2	X	5	6

Os horários aqui apresentados falam muito sobre a rotina de trabalho de cada redação, o que é reafirmado durante as entrevistas. A redação do Jornal da Paraíba funciona de 7h às 19h, de segunda a sexta, em João Pessoa e, no momento atual¹⁵, de 8h-13h, em Campina Grande. Durante fins de semana e feriados o plantão vai de 9h às 17h, com 1h de almoço. O ClickPb segue um fluxo de postagens parecido, com apenas 02 das 45 matérias sendo publicadas a noite (20h31 e 21h37). Enquanto o Jornal da Paraíba e o ClickPb tem sua maior produtividade durante o dia, o Paraíba Online apresenta um montante considerável de

¹⁴ Não foram consideradas questões referentes à publicação pré-programada de matérias.

¹⁵ Texto escrito no dia 04 de junho de 2019. Durante a entrevista realizada com a editora geral, o portal estava fazendo seleção para escolher um(a) estagiário(a) para o turno da tarde em Campina Grande, para que assim pudesse ficar tanto a manhã quanto a tarde cobertas nas duas cidades.

publicações durante a noite, 10 das 21 matérias foram postadas entre às 21h21 e 23h40, o que se justifica pela dinâmica da redação, na qual parte do expediente de produção é realizado através de *home office*.

“Mídias externas” se referem aos outros veículos de imprensa dos quais os portais empregaram informações para a construção de seu conteúdo noticioso. O Jornal da Paraíba e o ClickPb apresentam como mídias externas apenas um portal, o G1PB e o Catolé Agora, respectivamente, utilizados em apenas uma matéria cada. Vale lembrar que o G1PB faz parte da Rede Paraíba de Comunicação do qual o Jornal da Paraíba faz parte. No Paraíba Online, por outro lado, foram encontradas 05 mídias externas, sendo destas, 02 rádios, 02 portais e a Secretaria de Comunicação do Estado. Dentre as 23 matérias, 6 trazem informações da Secom/Pb, 3 do G1PB, 1 da Rádio Correio FM, 1 da Rádio CBN e mais 1 do portal Renato Diniz.com, contabilizando 12 notícias (52,1%) em conjunto. Quanto a número de desdobramento, o Jornal da Paraíba não apresenta nenhuma matéria extra com novas informações sobre os casos já noticiados, enquanto o ClickPb (8) e o Paraíba Online (7) estão quase empatados. Nos dois portais, a maior incidência de desdobramentos são de casos que tratam de feminicídio (5 matérias de cada), sendo que 2 são referentes a um mesmo acontecido. Dentre as outras 3 matérias do ClickPb, 2 são referentes a agressão e 1 a estupro. E no Paraíba Online, 1 é referente a ameaça e 1 a estupro.

É válido salientar que nenhuma das notícias coletadas vem com assinatura pessoal do repórter, os portais optam no lugar disso por algo mais genérico como “da Redação” ou “por Redação”.

TABELA 4: Quantidade de Linhas x Quantidade de Parágrafos e a Média de Linha por Parágrafo de cada Portal

	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	TOTAL
Qnt. de Linhas	117	238	192	870
Qnt. de Parágrafos	32	112	515	336
MÉDIA (linha/parágrafo)	3,6	2,1	2,6	2,5

Ainda que dentro do jornalismo online o espaço para a produção noticiosa seja diferenciado do que é o impresso, a contagem de linhas e parágrafos se faz interessante neste caso em específico para analisar a qualidade do material escrito. É prática comum tanto no

Paraíba Online quanto no ClickPb a produção de matérias com parágrafos que contam com uma ou duas linhas, como mostram os exemplos a seguir:

Uma mulher foi morta a socos pelo próprio companheiro na zona rural da cidade de Areia, no Brejo.

Segundo informações da Polícia Civil de Esperança, o casal teria discutido e Ana Clementino dos Santos, de 42 anos, teria dito ao companheiro, Severino Justino Lopes, que iria deixá-lo.

Ainda de acordo com a Polícia, o homem confessou que praticou o crime por ciúmes. Ele indicou o local onde escondeu o corpo e o celular da vítima.

Ele foi autuado em flagrante pelo crime de feminicídio e passará por audiência de custódia.

(Reprodução completa da matéria do Paraíba Online intitulada: "Mulher é morta a socos no Brejo e companheiro confessa crime"¹⁶, publicada no dia 05 de março às 21h56m).

Um adolescente de 14 anos suspeito de matar o padrasto a golpes de foice se apresentou na Central de Flagrantes, em Campina Grande. O crime aconteceu na noite do último sábado (9), em Massaranduba.

O adolescente relatou que desferiu os golpes na vítima, após ele agredir a mãe do jovem. A mãe do adolescente informou à polícia que era vítima de agressões constantes do marido.

Após ser ouvido, o adolescente foi liberado.

A Polícia Civil segue investigando o caso.

(Reprodução completa da matéria do ClickPb intitulada: "Adolescente suspeito de matar padrasto se apresenta à polícia"¹⁷, publicada no dia 11 de março às 08h26m).

Tal prática faz com que a média de linha por parágrafo entre os três portais caia para 2,5 (linha/parágrafo). O ClickPb é, inclusive, o que possui a maior diferença em questão de números entre sua menor (5 linhas) para a maior matéria (24), um total de 19 linhas de defasagem. O Paraíba Online vem logo após com 16 linhas (21 linhas / 5 linhas) e o Jornal da Paraíba é o que se mantém mais constante (23 linhas / 8 linhas), com uma diferença de 15 linhas, além de ser o que apresenta a maior média de linha/parágrafo (3,6).

Ao analisar o conteúdo das matérias de uma maneira mais aprofundada nos foi possível identificar a presença de três sujeitos principais ao qual passamos a identificar a partir de agora por: “ela” (crianças e mulheres em situação de violência); “ele” (o homem que é o principal suspeito/acusado dos crimes relatados) e; a “figura de autoridade” (incluindo aqui a Polícia Civil, Militar, etc.), que aqui se destaca como um fio condutor que, vez por outra, aparece em primeiro plano. Esse tripé que compõe e sustenta as relações dos crimes de

¹⁶ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/03/mulher-e-morta-a-socos-no-brejo-e-companheiro-confessa-crime/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 14h34.

¹⁷ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/adolescente-suspeito-de-matar-padrasto-se-apresenta-policia-256405.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 14h38.

violência contra a mulher, se destacam de formas diferenciadas a depender do portal de origem das matérias. Numa análise terminológica, as palavras utilizadas para se referir a “ela” e a “ele” foram subdivididas em 6 categorias principais: Profissão; Sexo (incluindo aqui os termos mulher, homem, ela, ele, dela e dele); Relacionamento entre os envolvidos (ex-mulher, ex-marido, companheiro, mãe); Crime, todos os termos que se interligam diretamente com a violência sofrida pela mulher (suspeito, vítima, acusado); Faixa Etária (criança, adolescente, idosa) e; Identidade (nome).

TABELA 5: Termos referentes a “ELA” trazidos nos títulos dos portais

	“ELA” (títulos)			
	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	TOTAL
PROFISSÃO	1	0	3	4
SEXO	4	5	22	31
RELACIONAMENTO	3	9	35	47
CRIME	1	0	7	8
FAIXA ETÁRIA	0	3	14	17
IDENTIDADE	0	0	5	5
TOTAL	9	17	86	112

TABELA 6: Termos referentes a “ELE” trazidos nos títulos dos portais

	“ELE” (títulos)			
	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	TOTAL
PROFISSÃO	2	1	0	3
SEXO	3	9	44	56
RELACIONAMENTO	4	4	19	27
CRIME	3	6	50	59
FAIXA ETÁRIA	0	1	2	3
IDENTIDADE	0	0	13	13
TOTAL	12	21	128	161

No caso do ClickPb foram contabilizados os termos utilizados tanto nos títulos quanto nos subtítulos¹⁸ da matéria, por entendermos que eles também fazem parte do que compõe a apresentação das notícias. É perceptível que, nos três portais, existe uma maior incidência de termos referentes a “ele” (161) do que a “ela” (112). Além disso, se destaca no “ela”, termos referentes a Relacionamento (47), enquanto que no “ele” são palavras referentes a Crime (59). Profissão (4) e Identidade (5) são as categorias que menos aparecem em “ela” e Profissão (3) e Faixa Etária (3) são os que menos aparecem em “ele”. Para se referir aos dois (“ela” e “ele”), o Jornal da Paraíba usa uma vez o “eles”; o Paraíba Online, usa uma vez a palavra “casal” e outra “corpos” e; o ClickPb usa o termo “casal” três vezes. O Paraíba Online é o único que usa o termo “feminicídio” nos títulos, uma única vez.

TABELA 7: Termos referentes a “ELA” trazidos nas matérias dos portais

	“ELA” (matérias)			
	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	TOTAL
PROFISSÃO	6	4	5	15
SEXO	13	31	70	114
RELACIONAMENTO	5	15	52	72
CRIME	9	33	38	80
FAIXA ETÁRIA	5	7	33	45
IDENTIDADE	12	14	16	42
TOTAL	50	104	214	368

¹⁸ Frase que aparece logo abaixo do título, em corpo menor, de maneira a complementá-lo.

TABELA 8: Termos referentes a “ELE” trazidos nas matérias dos portais

	“ELE” (matérias)			
	Jornal da Paraíba	Paraíba Online	ClickPb	TOTAL
PROFISSÃO	6	4	0	10
SEXO	19	43	101	163
RELACIONAMENTO	11	13	38	62
CRIME	13	46	109	168
FAIXA ETÁRIA	0	1	4	5
IDENTIDADE	11	20	34	65
TOTAL	60	127	286	473

Nas matérias, a quantidade de termos referentes a “ele” (473) também aparecem na frente do “ela” (368) em todos os três portais. É uma média de 0,4 citação por linha, no caso do “ela” e 0,54 no caso de “ele”. Em “ele”, a categoria “Crime” (168) continua a frente na tipologia dos termos, enquanto no “ela”, “Sexo” (114) passa a frente. “Profissão” (15) é a categoria que menos aparece em “ela”. No caso de “ele”, “Faixa Etária” (5) é a menos citada, seguida por “Profissão” (10). Para se referir aos dois, o Jornal da Paraíba usa cinco vezes “casal”, duas vezes “os dois” e outras duas “eles”; o Paraíba Online, usa sete vezes a palavra “casal”, uma vez “eles”, uma vez “dois” e mais uma “corpos” e; o ClickPb usa o termo “casal” oito vezes, “dois” uma vez e “eles” outra vez. O Jornal da Paraíba usa a palavra “Feminicídio” quatro vezes e o Paraíba Online outras três. O termo não aparece no ClickPb.

Ressalta-se aqui que o material analisado trata de casos de violência recém-acontecidos, então o correto nesse ponto é nomear o homem de “suspeito” pelo menos até que o Ministério Público apresente a denúncia, onde ele passaria de “suspeito” a “acusado” ou “denunciado”. Os portais, ao menos em termos quantitativos, parecem seguir isso à risca. Encontram-se deslizes no Paraíba Online, que por duas vezes utiliza o termo “Agressor” e outras duas “Criminoso”; assim como no ClickPb que usa o termo “Agressor” quatro vezes, uma “Suposto Estuprador” e uma “Apontado como Infrator”. A partir desse ponto se adentra em um outro momento da análise: a relação da ética com as rotinas produtivas de cada portal e como isso influencia no quadro percebido até agora através dos dados.

4.2.1 Diálogo: o DNA de uma redação integrada, o caso *Jornal da Paraíba*

O *Jornal da Paraíba* faz parte do grupo Rede Paraíba de Comunicação, juntamente com o G1 Paraíba e o GloboEsporte.com Paraíba, a TV Cabo Branco e a TV Paraíba (ambas afiliadas da Rede Globo), além das rádios Cabo Branco FM e CBN João Pessoa. A Rede Paraíba teve seu início no dia 5 de setembro de 1971, com o lançamento da versão impressa do *Jornal da Paraíba* em Campina Grande. O periódico durou cerca de 45 anos, até que, em 10 de abril de 2016, encerrou sua versão impressa e passou a investir apenas no conteúdo digital. Segundo informações do próprio portal, “as empresas da Rede Paraíba de Comunicação atuam de forma a integrar a informação, o entretenimento e a educação através de suas múltiplas plataformas de atuação a fim de prestar o melhor serviço de comunicação para a sociedade que as abriga e prestigia”. A redação do *Jornal da Paraíba* se divide em uma sede na capital João Pessoa, onde trabalham dois repórteres (uma mulher e um homem), além da editora geral e um segundo núcleo localizado em Campina Grande com um repórter (homem), contabilizando uma equipe de 4 pessoas (duas mulheres e dois homens). Além da editoria de “Vida Urbana”, da qual advém as matérias elencadas na pesquisa, o portal ainda lida com “Concursos e Empregos”; “Cultura”; “Esportes”; “Política”; “Últimas” e colunistas como Suetoni Souto Maior e Sílvio Osias.

Os baixos números de matérias publicadas pelo *Jornal da Paraíba* sobre Violência Masculina contra a Mulher não são por acaso. Repórter do impresso entre 2003 e 2008, Aline Oliveira de Lima Pinheiro, editora geral do portal, passou 5 anos fora da redação onde trabalhou em assessoria e no terceiro setor, voltando em 2013 para ser subeditora do G1 Paraíba. Em outubro de 2017, depois de uma reorganização na empresa, ela veio a assumir a função de editoração geral do *Jornal da Paraíba*.

Quando eu cheguei que fiz uma análise da nossa audiência, as matérias policiais tinham um rendimento baixíssimo. Então ‘pra mim isso revelou que o leitor do *Jornal da Paraíba* não se interessava por aquela pauta. E são pautas que demandam muito tempo. Então a gente teve que fazer algumas opções editoriais. Decidiu focar mais na cobertura Política porque é uma coisa que ‘tá muito forte no DNA do jornal (Aline de Oliveira Lima Pinheiro, editora geral do *Jornal da Paraíba* em entrevista concedida em: 28 de março de 2019).

(...) a orientação da nossa editora Aline é justamente essa... dar uma coisa mais apurada, ao invés de muitas matérias telegráficas. Dar um negócio mais apurado, mesmo perdendo muitos acessos por causa disso (Josusmar Barbosa de Farias, repórter do *Jornal da Paraíba* em entrevista concedida em: 05 de março de 2019).

Desta maneira, uma das primeiras mudanças implementadas por ela enquanto editora do portal foi reduzir drasticamente a cobertura policial, que já era baixa. Foi a forma do Jornal da Paraíba de encontrar sua “própria identidade em relação ao G1” já que, segundo a própria Aline, “é mais do DNA do G1 esse factual policial. O G1 cobre tudo policial e a equipe deles é muito maior”. A questão é que, hoje, as equipes das mídias de comunicação da Rede Paraíba trabalham em conjunto no formato de redação integrada, ou seja, as redes de TV, o rádio e os portais trabalham e dialogam com o mesmo espaço o que justifica, ao menos no caso do Jornal da Paraíba, a escolha pela assinatura das matérias como “da Redação”.

Geralmente a gente assina como “da redação” quando não é uma apuração nossa. Como eu disse, o G1 tem mais no seu DNA produzir policial, então muitas vezes a gente não pode se dar ao luxo de ter dois repórteres apurando a mesma história. Então a gente pega as informações que o G1 apurou e faz alguma complementação nossa. As vezes, dependendo de como foi a apuração do outro veículo, aí a gente coloca “da redação com G1”, “da redação com CBN”, às vezes coloca até o nome do repórter, ‘pra gente dizer assim, “olha, nós pegamos carona na apuração de nosso colega de outro veículo, interno”. Da redação é meio assim “a gente só pegou as informações e fez um *copy*”. É a mesma coisa quando a gente usa a base de um release. Aquela apuração não é nossa. Então a gente meio que ‘taria fraudando se assinasse. A gente assina quando foi uma coisa que a gente foi lá - mesmo que não seja assim “nossa, um furo!” -, quando foi o nosso repórter que foi, que realmente fez a pesquisa, que realmente descobriu, entendeu? (Aline de Oliveira Lima Pinheiro, editora geral do Jornal da Paraíba em entrevista concedida em: 28 de março de 2019).

É válido ressaltar que a notícia não têm como público alvo apenas o seu consumidor comum, mas também os próprios jornalistas e portais, que muitas vezes pautam o seu material a partir de publicações de mídias “concorrentes”, inclusive chegando ao ponto de copiar o texto completo, dando ou não crédito ao site de origem. Segundo a editora Aline de Oliveira, o Jornal da Paraíba é alvo constante dessa prática, “Acontece todo dia! Eu passei uma época fazendo um dossiê das matérias copiadas da gente, até que chegou um ponto ‘eu ‘tô gastando muito tempo com isso’. Deixei ‘pra lá’. Isso se deve muito a imagem que o nome Jornal da Paraíba construiu e vem construindo junto ao público nestes quase 50 anos de funcionamento. “Eduardo Carlos, que é o presidente do grupo, ele disse uma vez ‘não adianta. Pode ‘tá em todo o canto, mas o povo só vai acreditar se tiver no G1 ou no Jornal da Paraíba. Então vocês tem credibilidade. Tem que manter isso aí’” diz ela.

O Jornal da Paraíba geralmente dá preferência por colocar “ela” como a figura principal de suas matérias, o que se mostra em 5 dos 7 casos aqui registrados, nas quais a figura feminina aparece em primeiro lugar nos títulos, como por exemplo: “Mulher é

assassinada com 30 facadas”¹⁹; “Mulher é morta com golpes de faca”²⁰; “Mulher é morta com um tiro na cabeça”²¹. Nas duas outras matérias do portal, uma coloca o “ele” como uma consequência da “figura de autoridade” ao dizer que “Homem é preso”²² e a outra apresenta “ele” como o protagonista da ação “Homem mata esposa e depois se mata”²³.

4.2.2 *Analytics: a figura do “editor quando pode”, o caso Paraíba Online*

Único dentre os portais aqui analisados com uma sede apenas em Campina Grande, o Paraíba Online foi criado em 2003 por um grupo de jornalistas da cidade com o intuito de gerar um canal alternativo para a comunicação com a comunidade que possibilitasse a pluralidade de opiniões, principalmente numa angulação política. Segundo Arimatéia, um dos fundadores e atual editor do portal, “a gente nem tinha, num primeiro momento, essa percepção de que esse era um grande salto em termos de veiculação de propaganda, de notícias e de informações, àquela época”. Respeitando a ideia da pluralidade de opiniões que foi o ponto inicial do portal, o Paraíba Online conta hoje com um quadro de colunistas que varia em torno de 30 a 35 pessoas. Na redação são 14 profissionais (entre repórteres fixos e estagiários), sendo destes, 9 mulheres e 5 homens, divididos da seguinte maneira: 5 na atualização (responsáveis por postar as matérias e selecionar títulos e TAGs); 6 no rádio-escuta (monitoramento da imprensa regional) e produção de conteúdo; 1 com Esporte; 1 na coordenação e; 1 correspondente em João Pessoa. Além da editoria “Policial”, o portal trabalha com “Saúde e Bem-Estar”, “Economia”, “Educação e Ciência”, “Mundo”, “Concurso e Emprego”, “Tecnologia e “Entretenimento”.

O Paraíba Online ainda faz serviços de clipagem de notícias, o que justifica a quantidade de mídias externas utilizadas.

Como temos que monitorar vários clientes, a gente por tabela acaba tendo acesso permanente a conteúdos importantes da mídia convencional. Principalmente emissoras de rádio. Se temos esse material importante, se damos crédito a ele peremptoriamente... vários outros sites fazem uso desse

¹⁹ Matéria disponível no link: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mulher-e-assassinada-com-30-facadas-e-companheiro-e-presos-em-flagrante-pelo-crime.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 15h34.

²⁰ Matéria disponível no link: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/mulher-e-morta-com-golpes-de-faca-e-companheiro-e-suspeito-crime.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 15h41.

²¹ Matéria disponível no link: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/homem-mata-esposa-e-depois-se-mata-em-frente-loja-de-carros-em-joao-pessoa.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 15h43.

²² Matéria disponível no link: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/homem-e-presos-suspeito-de-estuprar-e-engravidar-filha-de-13-anos-em-mamanguape.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 15h47.

²³ Matéria disponível no link: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/homem-mata-esposa-e-depois-se-mata-em-frente-loja-de-carros-em-joao-pessoa.html>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 15h51.

material e não os credita. Então se essa matéria prima ‘tá disponível, porque não usá-la? Essa é a lógica principal (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

O serviço de rádio-escuta foi uma das formas encontradas pelo portal para se manter funcionando, já que a renda gerada pela publicidade do *Google* não seria o suficiente para isso. No mês de Abril foram 6.388.000 visualizações, o que não chegou a gerar nem 700 reais de remuneração para eles. E é justamente através deste serviço de clipagem e da publicidade local que o Paraíba Online pode complementar a renda do mês. Os números são do próprio Arimatéia Souza que, entre a rádio Caturité, a TV Itararé e a produção de sua coluna para o Paraíba Online, faz o papel de editor, acompanhando as principais matérias do destaque e o acesso ao portal. “Isso eu faço quase que compulsivamente, a cada 10 ou 15 minutos. Acompanho se ‘tá no ar, se ‘tá sendo atualizado e a quantidade de IPs, ou seja, a quantidade de conexões da internet que estão com o Paraíba Online naquele momento”, diz ele. A percepção de uma rotina de trabalho conturbada levou ao seguinte diálogo entre pesquisadora e entrevistado:

Pesquisadora: O seu papel, no geral, dentro do Paraíba Online é mais como editor, certo?

Arimatéia: É. Um editor que não pode, por questões financeiras, se dedicar inteiramente ao Paraíba Online. Eu trabalho em dois outros cantos diferentes. E isso cria problemas no cotidiano, mas é o jeito.

Pesquisadora: É editor quando pode.

Arimatéia: Editor quando pode. Exatamente.

(Trecho do diálogo entre a pesquisadora e José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019)).

Arimateia admite que não tem como ler previamente todas as matérias que são publicadas no Paraíba Online e isso vez por outra lhe rende alguns “dissabores”, já que a crença geral da população é que ele faz esse acompanhamento pormenorizado. De fato, é só a partir das 20h que ele pode se dedicar por completo ao site, enquanto produz, simultaneamente, sua coluna “Aparte”. Durante o tempo que durou a entrevista, quase 1h, sete matérias novas tinham sido postadas no portal.

Parte da rotina de trabalho do portal é feita através de *home office*. Segundo o entrevistado, essa escolha se deu por uma questão de “segurança” da equipe da redação considerando a violência urbana em Campina Grande. A sede do portal fica no quarto andar de um edifício no centro da cidade que fecha as portas às 17h30 e abre apenas às 8h, o que não bateria com os horários da redação, que começa seu trabalho às 6h e se estende até as 18h-18h30.

Lá tem vigilância eletrônica e a gente tem senha pra entrar no prédio, mas veja bem... é um risco que eu não quis correr. (...) Então essa questão do componente da violência me levou a tomar uma medida cautelosa e preventiva. E aí, numa boa parte dos horários, quando há sinal do prédio fechar, o pessoal faz a atualização de casa. Alguns às vezes até optam em deixar aberto isso, a atualizar uma tarde ou... [fazer isso] inteiramente de casa. Porque eles tem um grupo segmentado e interação frequentemente (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

Essa falta de um “local físico” de encontro e diálogo da redação pode ser apontada como uma das principais causadoras de três problemas encontrados durante o levantamento: a) erros de apuração, como o caso de feminicídio ocorrido na cidade de Areia no dia 03 de março, onde a mulher é descrita como tendo aproximadamente 25 anos na primeira matéria²⁴, passa para 40 na segunda²⁵ e termina com 42²⁶; b) a sobreposição de matérias sobre o mesmo caso, como exemplo o feminicídio seguido de suicídio ocorrido em João Pessoa no dia 18 de abril, em que às 13h46 o portal publica a matéria “Homem mata a companheira e comete suicídio em João Pessoa”²⁷ e às 23h01 do mesmo dia, “Feminicídio: Homem mata ex-mulher e se suicida em João Pessoa”²⁸, onde as informações tratadas nas duas matérias são exatamente as mesmas, só que escritas de forma diferente e; c) a falta de padrão no formato das notícias.

No geral foram encontrados três tipos de material no Paraíba Online, que refletem os formatos diferenciados de coleta dos acontecimentos, um primeiro que estaria relacionado ao serviço de rádio-escuta, em que as matérias são mais enxutas e não trazem fontes, mas apenas o genérico “segundo informações”, um segundo onde a notícia é construída em cima da fala da autoridade policial, e que está diretamente ligada ao trabalho do repórter policial do portal que grava as repercussões com o delegado ou delegada e reenvia para a redação e, um terceiro tipo, que são matérias mais extensas e detalhadas, que geralmente aparecem quando o site toma por fonte de pauta o G1Pb ou a Secretaria de Comunicação da Paraíba.

²⁴ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/03/duas-mulheres-sao-encontradas-mortas-em-cidades-da-paraiba/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 10h43.

²⁵ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/03/preso-o-homem-suspeito-de-matar-namorada-a-pauladas-em-areia/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 10h53.

²⁶ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/03/mulher-e-morta-a-socos-no-brejo-e-companheiro-confessa-crime/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 10h55.

²⁷ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/04/homem-mata-a-companheira-e-comete-suicidio-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 10h58.

²⁸ Matéria disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2019/04/feminicidio-homem-mata-ex-mulher-e-se-suicida-em-joao-pessoa/>>. Acesso em 12 de junho de 2019 às 11h03.

Existe, no entanto, outro problema recorrente, que vem apontado pelo próprio entrevistado, “o grande problema do Paraíba Online se chama língua portuguesa. Eu cheguei naquela fronteira, ou eu relaxo ou cometo um crime coletivo. Eu combato muito isso, mas assim... é algo que é difícil de correção”. Isso leva a outro ponto observado na análise: a falta de assinatura pessoal dos repórteres nas matérias.

A questão da língua portuguesa tava criando muito mal estar na redação. A reação pública disso acabava estigmatizando um ou outro que fazia essas matérias. Então o que nós fizemos? Nós vamos deixar todas as matérias “da redação” e a pessoa da atualização vai dar uma revisada nesses textos. Diminuiu o problema, mas infelizmente não resolveu. Mas foi a forma encontrada ‘pra minimizar os constrangimentos (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

O Paraíba Online não possui um manual de ética próprio. Os profissionais, a maior parte mulheres, acabam se valendo de suas éticas pessoais ao se pautarem e elaborarem as notícias. Apesar disso, existe uma preocupação por parte da figura de Arimateia em questão de termos a serem utilizados no tratamento dos envolvidos, “independentemente até de feminicídio, a gente sempre pontua ‘pra equipe o que reza a legislação: até sentença condenatória é ‘investigado’, ‘acusado’.” A seleção dos casos de violência masculina contra a mulher é feita através de um valor-notícia que não aparece entre os listados nas páginas 42-43, mas que aqui se faz necessário: a *Repercussão* na mídia convencional, que acaba levando o Paraíba Online a reboque. Segundo Arimatéia Souza,

o fôlego de uma notícia dessa depende muito, certo ou errado, da não ocorrência de casos similares muito próximos. Porque a imprensa acaba se valendo sempre do mais recente. Quando há o encadeamento temporal disso, o primeiro ou segundo acaba indo pro esquecimento. Até porque nós temos grandes limitações. Não dá pra acompanhar muita coisa simultaneamente. É fato (José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online em entrevista concedida em: 05 de junho de 2019).

Apesar dos percalços de ordem organizacional, o material coletado do Paraíba Online não apresenta tantos problemas em questão de exploração do crime ou estereotipização de gênero. O enfoque geralmente dado às matérias do portal é o de “informativo policial”, onde a “figura de autoridade” aparece em primeiro plano, seguido por “ela” e, em último lugar, o “ele”. Em termos do debate realizado até aqui, este ainda não seria o ideal, mas já é um grande passo pois, da mesma maneira que o Jornal da Paraíba, o portal retira do homem esse local de poder que lhe é dado socialmente. O que nos leva ao nosso terceiro portal aqui analisado: o caso ClickPb.

4.2.3 O Tragicômico como notícia, o caso ClickPb

Fundado em João Pessoa no dia 15 de dezembro de 2005 através de um projeto acadêmico do empresário Alberto Loureiro, o *ClickPB* afirma em sua página que o portal tem como principal objetivo “oferecer diariamente ao público paraibano informações de qualidade e com credibilidade.” Para além das “Notícias Policiais”, o portal ainda mantém as seguintes editorias: “Últimas Notícias”; “Política”; “Religião”; “Esporte”; “Paraíba”; “Brasil”; “Mundo”; “Cultura”; “Televisão”; “Cinema”; “Saúde”; “Educação”; “Tecnologia”; “Economia”; “Emprego”; “Turismo”; “Cotidiano”; “Eleições”; “Sorte”; “Games”; “Culinária” e “Carros”; além de uma sessão de opinião e blogs associados.

Entre os três portais analisados, o ClickPb é o que possui o material mais problemático em termos de abordagem tanto jornalística quanto de gênero, se utilizando muitas vezes do tragicômico como valor-notícia. É o que mostram as chamadas das matérias: "Homem é preso suspeito de derrubar janela sobre ex-esposa"²⁹, "Mulher é agredida pelo marido com roda de motocicleta em João Pessoa"³⁰, ambas publicadas no dia 04 de março; e "Homem é acusado de exibir parte íntima a mulheres e fazer sexo com cachorra na Paraíba"³¹, do dia 13 de março. Por mais que o quantitativo coloque o portal em um terreno eticamente neutro com relação aos termos utilizados: “suspeito” (94), “acusado” (6), “agressor” (4), “preso” (2), “denunciado” (1), “suposto estuprador” (1) e “apontado como infrator” (1), a construção dos enunciados e o tempo verbal utilizado deixam explicitadas as intenções de pré-julgamento dos “suspeitos”, fazendo com que o texto se torne, muitas vezes, contraditório.

Um homem foi preso *suspeito* de assédio sexual nesta segunda-feira (18), dentro de um ônibus em João Pessoa. A jovem de 19 anos estava sentada em uma das cadeiras *quando o homem sentou ao seu lado e começou a assediá-la*. (Trecho da matéria “Homem é preso suspeito de assédio sexual dentro de ônibus em João Pessoa”³², publicada no portal no dia 19 de março às 06h54. Com grifos nossos).

Após uma discussão entre o casal, *o suspeito chegou a morder os lábios da companheira e quebrar o seu celular*, tudo motivado por ciúmes. (Trecho da

²⁹ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-presosuspeito-de-derrubar-janela-sobre-ex-esposa-256080.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 17h03.

³⁰ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-presosuspeito-de-derrubar-janela-sobre-ex-esposa-256080.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 17h07.

³¹ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-acusado-de-exibir-parte-intima-mulheres-e-fazer-sexo-com-cachorra-na-paraiba-256528.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 17h11.

³² Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-presosuspeito-de-assedio-sexual-dentro-de-onibus-em-joao-pessoa-256863.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h27.

matéria “Homem é preso suspeito de morder os lábios e quebrar celular de companheira por ciúmes”³³, publicada no portal no dia 14 de abril às 13h37. Com grifos nossos).

O *suspeito*, identificado como Josivando Sousa Silva, *agrediu sua esposa, com quem é casado há 37 anos e têm quatro filhos adultos, ao chegar em casa após uma briga de bar*. (Trecho da matéria “Preso suspeito de agredir esposa após arranjar briga em bar”³⁴, publicada no portal no dia 14 de abril às 13h27. Com grifos nossos).

Ainda que os trechos destacados façam uso do termo “suspeito”, os enunciados vem logo em seguida afirmando que eles teriam cometido os atos de violência, o que joga por terra a lógica da utilização da palavra. Além disso, foram encontradas situações em que o “suspeito” é deixado de lado e as afirmações passam a ser menos subentendidas e mais categóricas: “Welton Pereira de Souza *foi preso por ameaçar, agredir fisicamente e tentar incendiar a casa da ex-companheira*”³⁵ (grifos nossos); “Um homem de 26 anos *foi preso, nesta terça-feira (23), na Delegacia da Mulher de Mamanguape, após ameaçar de morte a ex-companheira*”³⁶ (grifos nossos); “*Mulher cai de moto em movimento após ser agredida por companheiro em João Pessoa*”³⁷ (grifos nossos).

Dentre as 47 chamadas das matérias, 14 (29,7%) colocam o crime (“O que?” e “Como?”) em destaque. Além das que já foram referenciadas aqui anteriormente, outros exemplos disso são: “Mulher é agredida a socos e empurrões pelo marido em Baía da Traição”³⁸; “Homem mata ex-esposa e atira em si mesmo em loja de veículos, no bairro da Torre”³⁹. Independente da responsabilidade ou não dos suspeitos apontados nas matérias em

³³ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-presosuspeito-de-morder-os-labios-e-quebrar-celular-de-companheira-por-ciumes-258424.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h31.

³⁴ Matéria disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/preso-suspeito-de-agredir-esposa-apos-arranjar-briga-em-bar-258423.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h38.

³⁵ Trecho da matéria “Homem é preso suspeito agredir e tentar incendiar casa de ex-companheira em João Pessoa”, publicada no portal no dia 23 de abril às 08h30. Disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-e-presosuspeito-agredir-e-tentar-incendiar-casa-de-ex-companheira-em-joao-pessoa-258912.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h23.

³⁶ Trecho da matéria “Suspeito de ameaçar ex-companheira é preso na cidade de Mamanguape”, publicada no portal no dia 24 de abril às 10h14. Disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/suspeito-de-ameacar-ex-companheira-e-presona-cidade-de-mamanguape-259005.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h18.

³⁷ Título de matéria publicada no portal no dia 27 de abril. Disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/mulher-cai-de-moto-em-movimento-apos-ser-agredida-por-companheiro-em-joao-pessoa-259191.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 18h14.

³⁸ Matéria publicada no dia 25 de março às 11h11. Disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/mulher-e-agredida-socos-e-empurros-pelo-marido-em-baia-da-traicao-257224.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 20h02.

³⁹ Matéria publicada no dia 18 de abril às 12h55. Disponível no link: <<https://www.clickpb.com.br/Policial/homem-mata-ex-esposa-e-atira-em-si-mesmo-em-loja-de-veiculos-no-bairro-da-torre-258692.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2019 às 20h05.

relação aos crimes noticiados, construções desse tipo ratificam o lugar de poder buscado pelo homem ao se utilizar de meios violentos contra as mulheres.

Dentre o tripé apontado inicialmente (“Ela”, “Ele” e “Autoridade Policial”), os dados analisados mostram que cada um dos portais parte de um ponto diferente desta rede ao construir seu material noticioso. Em termos qualitativos, enquanto no Jornal da Paraíba “ela” aparece em primeiro plano, o Paraíba Online adota a “autoridade policial” para esse lugar e o ClickPb oscila entre “ele” e “autoridade policial”. Vale ressaltar também que este é o portal mais problemático em termos de construção textual e ideológica. A baixa nas entrevistas de um(a) profissional do portal infelizmente deixa um espaço vazio no diálogo que levaria a entender como funcionam esses critérios de noticiabilidade na prática.

UMA PEQUENA BRECHA É A MINHA CONSIDERAÇÃO

O caminho até aqui foi guiado por vários questionamentos que não tem a pretensão de encontrar uma resposta fechada, mas sim incomodar e fazer reverberar a pergunta-chave que deu início ao trabalho e que agora possui ainda mais elementos: de que ética estamos falando e qual encontramos no noticiário policial que aborda a violência masculina contra a mulher? O que a análise dos três portais (Jornal da Paraíba, Paraíba Online e ClickPb) deixa explícito é que essa ética não é uma e que está em constante transformação. Se, até a década de 80 a “legítima defesa da honra” era apontada como uma motivação rasa para o assassinio injustificado de mulheres e a mídia se dava ao direito de transformar em um espetáculo de grandes proporções o sofrimento, hoje vemos profissionais se questionando acerca do lugar ocupado pelo jornalista. E isso graças principalmente aos movimentos feministas que não silenciaram um único momento.

Se as mudanças foram muitas e aceleradas - pouco mais de 10 anos se passaram desde o feminicídio de Eloá -, parece que atualmente alcançamos um entrave no que tange ao diálogo com o jornalismo policial. Utilizado nos dias de hoje como forma de manutenção de várias mídias no meio dessa “guerra por audiência”, ele vem sendo engolido pelos profissionais da área como uma estratégia necessária, já que é o dinheiro ganho com a audiência do policial que vem sustentar outras editorias, como “educação”, “cultura” e “saúde”. O que não existe, por vezes, é uma tentativa destes profissionais em transformá-lo. O “não gosto”, “não é minha área”, são respostas suficientes para que os jornalistas lavem as mãos e consciências. A crítica fica por vez da academia. O trabalho dos pesquisadores e dos observatórios de imprensa é de extrema importância na medida em que constantemente relembra aos jornalistas que existem regras que regem a profissão e precisam ser respeitadas. Mas o “como fazer?” é algo que nenhum dos dois lados responde.

Se, no momento atual, as mídias não podem abrir mão de seu vício compulsivo nas matérias de cunho policial, então o que propomos é uma abordagem diferenciada que leve em consideração a dinâmica das rotinas produtivas atuais, nas quais o jornalista precisa ser um “tudólogo” de plantão (fotógrafo, editor, videomaker, relações públicas e, durante uma folga ou outra, redator). Em outras palavras, o que se propõe aqui é uma Redução de Danos. A Redução de Danos é uma estratégia que vem da área da saúde e é definida como “um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas

psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas”⁴⁰. Entende-se que isso não é o ideal, mas pode ser uma pequena brecha para que os sujeitos envolvidos nestas matérias não sejam tão expostos a uma nova violência e que os consumidores destas notícias possam ter um material com um mínimo de qualidade, além de ser a possibilidade de aproveitamento do canal aberto por esses portais junto a uma massa considerável da população para uma mudança de perspectiva em termos de gênero.

E como isso se daria na prática?

A proposta seria a reunião da dinâmica noticiosa adotada pelo Jornal da Paraíba com a do Paraíba Online (eximindo os problemas de ordem organizacional próprios ao portal), este último servindo como arremate para a construção noticiosa do primeiro. A lógica montada com os portais em termos de escalada de poder, tendo a “mulher” em primeiro lugar e a “autoridade policial” em segundo, constroem uma dinâmica que faz destas matérias uma narrativa com início, meio e um fim redacional, ainda que apenas inconsciente. Na medida em que a ideia de impunidade masculina perante ao nosso sistema judiciário estaria resguardada pela presença da atividade policial que o Paraíba Online traz, ainda que algumas pequenas lapidações precisassem ser realizadas (levando em consideração o público consumidor do portal). Seria, desta maneira, o fim ideal para a lógica de trabalho do Jornal da Paraíba, que coloca a mulher como figura principal das ações dentro da matéria, de maneira a não revitimizá-la em seu discurso. São poucas as vezes em que o portal utiliza o termo “vítima”.

Foi inclusive essa percepção que nos levou a cunhar e utilizar a expressão alternativa “mulher em situação de violência” durante a construção da monografia, deixando explícito aqui que esta é uma “situação” que pode ser revertida. E nesse ponto a caneta do jornalista é de suma importância. A formação em estudos de gênero se faz essencial como base acadêmica. Ao serem confrontados com títulos e trechos de matérias que traziam questões como sensacionalismo e gênero, os dois homens aqui entrevistados se focaram nos que eram referentes ao sensacionalismo. Isso pode ser apontado não apenas pelo fato deles *serem* homens, mas também pela falta de componentes curriculares que tragam a temática de gênero para dentro dos cursos de Jornalismo.

Outras pequenas (grandes) modificações que podem ser apontadas seriam: a) a divulgação nestas matérias dos números de Centros, ONGs e das Delegacias Especializadas de Apoio à Mulher (DEAMs); b) a utilização de aspas nas motivações apontadas para os

⁴⁰ O que é Redução de Danos? Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos, Londres, Grã Bretanha, 2010. Disponível no link: <https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2019 às 21h05.

crimes, de modo a que elas não sejam incorporadas ao discurso afirmativo da(o) profissional;

c) dar preferência a mulher e/ou as figuras de autoridade nas chamadas das matérias, principalmente se estas forem relacionadas a ações, ter sua imagem na mídia ainda possui uma força enorme no imaginário popular e colocar os suspeitos em primeiro plano apenas estaria “heroificando” determinadas situações de violência.

Esses são apenas apontamentos iniciais feitos a partir do pequeno recorte de matérias aqui analisado. A ideia de uma estratégia de Redução de Danos dentro do jornalismo policial mereceria um estudo ainda mais aprofundado, além do engajamento de jornalistas e de pesquisadores de outras áreas acadêmicas que possam vir a somar ao debate.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência** / Hannah Arendt [tradução André de Macedo Duarte]. - 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **Mulheres em Pauta – Gênero e violência na agenda midiática**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. - 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, Carlos Alberto de; LEAL, Bruno Souza. **Jornalismo e Homofobia No Brasil - Mapeamento e Reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**. 1994. Disponível em <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaoobelem1994.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2019 às 13h45.
- FERNANDES, Mario Luiz; SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres - Notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria útil para Análise Histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2019 às 15h54.

Sites Analisados

www.clickpb.com.br

www.jornaldaparaiba.com.br

www.paraibaonline.com.br

ANEXO A - PAUTAS DAS ENTREVISTAS

1. PAUTA JORNAL DA PARAÍBA

a. Questões de cunho Organizacional

- Me fale um pouco sobre você e sua rotina de trabalho.
- Como funciona normalmente a rotina de trabalho aqui na redação do portal? E durante os fins de semana e feriados? Como se dá a relação com a redação de João Pessoa?
- Quantos homens e mulheres trabalham na redação?
- Há um processo de edição após a escrita das matérias? Quem faz essa edição? Ela tem alguma limitação?
- Diferente de outros portais, que usam o termo “Policial”, o Jornal da Paraíba utiliza a sessão “Vida Urbana” para hospedar os casos de violência. Porque a escolha?
- Vocês possuem ou usam algum manual de ética jornalística?

b. Questões de cunho Jornalístico

- Existe algum tipo de preparação junto aos repórteres para a lida diária com essas matérias que tratam de crimes e violência?
- Por quais vias os casos de violência contra a mulher chegam até vocês?
- Quando há um caso de violência contra a mulher, existe algum tipo de preocupação da equipe ao cobrir esse tipo de pauta (do ponto de vista de abordagem técnica, enfoque, etc...)?
- Quais as diretrizes que são passadas? Alguma restrição de termos? Também em relação a estupro infantil.
- Sabemos que os casos que são denunciados não chegam nem perto do número total de casos de violência contra a mulher. E nas redações o número de casos noticiados é menor ainda. Como vocês fazem a seleção dos que viram ou não notícia? Qual o critério?
- Como os títulos das matérias são pensados? Quem os elabora, o próprio repórter ou o/a editor/a?
- Durante o levantamento percebemos que essas matérias são, em sua grande maioria, assinadas com “da Redação”. Existe algum motivo para isso? Por que não há assinatura pessoal?
- Qual a postura do portal sobre publicação de nomes, endereços e imagens de vítimas⁴¹ e suspeitos? Como e quem decide sobre divulgação desses dados?
- A gente tem percebido que do ano passado pra cá, o Jornal da Paraíba vem diminuindo o número de matérias de casos de Violência contra a Mulher. Por outro lado, passou a fazer matérias mais gerais, com dados mais profundos e leis. Isso é fato ou uma percepção nossa?

⁴¹ Termo utilizado durante as entrevistas por ser o que é comumente publicado nos portais.

- Quanto ao uso de termos em relação ao suspeito, como vocês o chamam: “suspeito”, “criminoso”, “agressor”, “acusado”? Há alguma regra interna sobre isso?
- Como é feito o acompanhamento dos casos já noticiados? O que tentam trazer a cada nova matéria sobre eles? E quando decidem que é hora de parar de falar sobre cada caso?
- Dentre cinco casos de assassinato de mulheres pelos companheiros divulgados entre os meses de março e abril no portal, apenas dois utilizaram a TAG “feminicídio”, enquanto os outros utilizaram o termo morta e/ou mulher. A que se deve essa diferenciação?
- Durante o levantamento encontramos em outros portais títulos como “**Mulher é assassinada a facadas por ex-marido não aceitar a separação em Guarabira/PB**”⁴²; “**Homem esfaqueia ex-companheira, filha e rival no Agreste da Paraíba**”⁴³; “**Delegada diz que estupradores introduziram cabo de vassoura no corpo de menina violentada em JP**”⁴⁴; “**Corpo de mulher é encontrado, mas cabeça foi comida por cachorros**”⁴⁵. Além do trecho de uma matéria publicada no dia 16/04/2018 “**Uma estudante de apenas 13 anos de idade passou por *maus momentos* ao ser vítima de um sequestro seguido de estupro**”. Qual a sua opinião acerca deste tipo de abordagem?⁴⁶

c. Questões de cunho histórico-cultural

- Como você se sente escrevendo uma matéria sobre violência contra a mulher? (REPÓRTER)
- Notícias sobre feminicídios e estupro são recorrentes nos portais paraibanos. Você acredita que a exposição de casos na imprensa contribuem para o aumento de denúncias ou, de fato, a violência tem aumentado?
- Qual o papel do jornalismo na conscientização acerca da gravidade da violência masculina contra a mulher nos dias atuais?
- Você acredita que o jornalismo pode ser responsável de alguma forma por reproduzir estereótipos? Como?
- E como seria, na sua opinião, um jornalismo mais livre dessas cargas?

⁴² Matéria do Blog do Márcio Rangel, disponível no link: <<http://www.blogdomarciorangel.com.br/2018/09/mulher-e-assassinada-a-facadas-por-ex-marido-nao-aceitar-a-separacao-em-guarabira-pb.html>>.

⁴³ Matéria do Paraíba Online, disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2017/09/homem-esfaqueia-ex-companheira-filha-e-rival-no-agreste-da-paraiba/>>.

⁴⁴ Matéria do Blog do Márcio Rangel, disponível no link: <<http://www.blogdomarciorangel.com.br/2019/01/delegada-diz-que-estupradores-introduziram-cabo-de-vassoura-no-corpo-de-menina-violentada-em-jp.html>>.

⁴⁵ Matéria no Pb Agora, disponível no link: <<https://www2.pbagora.com.br/noticia/policial/20170921114819/corpo-de-mulher-e-encontrado-mas-cabeca-foi-comida-por-cachorros>>.

⁴⁶ O nome dos portais não foi revelado durante a entrevista por questões éticas.

2. PAUTA PARAÍBA ONLINE

a. Questões de cunho Organizacional

- Primeiro de tudo eu queria saber um pouco mais sobre o portal. Como surgiu? Quantas pessoas trabalham nele hoje em dia? Quantos homens e mulheres trabalham na redação?
- Me fale um pouco sobre você e sua rotina de trabalho.
- Como funciona normalmente a rotina de trabalho aqui na redação do portal? E durante os fins de semana e feriados?
- Nós percebemos um montante considerável de postagens do portal a noite e durante a madrugada. A que se deve isso?
- Vocês possuem ou usam algum manual de ética jornalística?

b. Questões de cunho Jornalístico

- Existe algum tipo de preparação junto aos repórteres para a lida diária com essas matérias que tratam de crimes e violência?
- Por quais vias os casos de violência contra a mulher chegam até vocês?
- Quando há um caso de violência contra a mulher, existe algum tipo de preocupação da equipe ao cobrir esse tipo de pauta (do ponto de vista de abordagem técnica, enfoque, etc...)?
- Quais diretrizes são passadas? Alguma restrição de termos? Também em relação a estupro infantil.
- Como vocês fazem a seleção dos que viram ou não notícia? Qual o critério?
- Como os títulos das matérias são pensados? Quem os elabora?
- Durante o levantamento percebemos que essas matérias são, em sua grande maioria, assinadas com “da Redação”. Existe algum motivo para isso? Por que não há assinatura pessoal?
- Qual a postura do portal sobre publicação de nomes, endereços e imagens de vítimas e suspeitos? Como e quem decide sobre divulgação desses dados?
- Percebemos uma forte presença de falas de autoridades policiais dentro das matérias. A que se deve isso?
- Percebemos também que o portal é o que mais utiliza fontes de outros portais nas assinaturas das matérias (Renato Diniz.com; Secom/PB; G1/PB; Rádio CBN; Rádio Correio FM). Como se dá essa relação de troca? E por que?
- Quanto ao uso de termos em relação ao suspeito, como vocês o chamam: “suspeito”, “criminoso”, “agressor”, “acusado”? Há alguma regra interna sobre isso?
- O Paraíba Online é um dos portais que mais traz desdobramentos sobre os casos de violência contra a mulher. Como é feito o acompanhamento dos casos já noticiados? O que tentam trazer a cada nova matéria sobre eles? E quando decidem que é hora de parar de falar sobre o caso?
- Vocês consomem o material que é produzido pelo portal?

- Pergunto isso porque foi percebida a publicação de um mesmo caso em dois momentos diferentes, como o feminicídio seguido por suicídio ocorrido em João Pessoa no dia 18 de abril. Às 13h46 o portal publicou a matéria “Homem mata a companheira e comete suicídio em João Pessoa” e às 23h01 do mesmo dia, “Feminicídio: Homem mata ex-mulher e se suicida em João Pessoa”. É o mesmo caso e com as mesmas informações, só que escritas de forma diferente.
- E com relação às TAGs? Percebemos que não existe um padrão na utilização delas. Vemos de “feminicídio”, a “matar namorada”, a “homem mata esposa em motel”.
- Mês de abril houve uma série de cinco feminicídios seguidos aqui na Paraíba. Vocês chegaram a conversar sobre isso em algum momento?
- Durante o levantamento encontramos em outros portais títulos como **“Mulher é assassinada a facadas por ex-marido não aceitar a separação em Guarabira/PB”**; **“Homem é acusado de exibir parte íntima a mulheres e fazer sexo com cachorra na Paraíba”**; **“Homem esfaqueia ex-companheira, filha e rival no Agreste da Paraíba”**⁴⁷ (matéria de 04 de setembro de 2017); **“Delegada diz que estupradores introduziram cabo de vassoura no corpo de menina violentada em JP”**; **“Corpo de mulher é encontrado, mas cabeça foi comida por cachorros”**. Qual a sua opinião acerca deste tipo de abordagem?
- E se eu disser que um destes títulos vem do Paraíba Online?

c. Questões de cunho histórico-cultural

- Qual o papel do jornalismo na conscientização acerca da gravidade da violência masculina contra a mulher nos dias atuais?
- Você acredita que o jornalismo pode ser responsável de alguma forma por reproduzir estereótipos? Como?
- Você acredita que a exposição de casos na imprensa contribuem para o aumento de denúncias ou, de fato, a violência tem aumentado?
- Como seria, na sua opinião, um jornalismo ideal para esses casos?

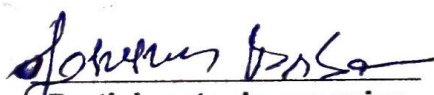
⁴⁷ Matéria do Paraíba Online, disponível no link: <<https://paraibaonline.com.br/2017/09/homem-esfaqueia-ex-companheira-filha-e-rival-no-agreste-da-paraiba/>>.

ANEXO B - TERMOS DE CONSENTIMENTO**a. Termo de Consentimento Josusmar Barbosa de Farias, repórter do Jornal da Paraíba****TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Eu JOSUSMAR BARBOSA DE FARIAS CPF _____ RG 868.872-5 SP-B, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos e benefícios da pesquisa, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa de campo referente ao Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Jornalismo, Gênero e Violência: um Estudo da Percepção e Representação da Mulher em Sites Paraibanos de Notícias", desenvolvido por **Alessandra Clementino dos Santos; José Pedro da Silva Júnior e Maryanne Marques Gonçalves Paulino de Sousa**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Doutora **Ada Kesea Guedes Bezerra**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (83) 9 8831-1510 ou no e-mail ada.guedes@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **analisar como a mulher é percebida e representada através do discurso jornalístico em matérias que envolvam violência divulgadas nos portais de notícia paraibanos**. Por esta via, AUTORIZO a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides).

Campina Grande - PB, 05 de março de 2019.


Participante da pesquisa


Pesquisador responsável

b. Termo de Consentimento Aline Oliveira de Lima Pinheiro, editora geral do Jornal da Paraíba

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu Aline Oliveira de Lima Pinheiro, CPF 03341234-06, RG 2278805, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos e benefícios da pesquisa, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa de campo referente ao Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "**Jornalismo, Gênero e Violência: um Estudo da Percepção e Representação da Mulher em Sites Paraibanos de Notícias**", desenvolvido por **Alessandra Clementino dos Santos; José Pedro da Silva Júnior e Maryanne Marques Gonçalves Paulino de Sousa**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Doutora **Ada Keesa Guedes Bezerra**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone **(83) 9 8831-1510** ou no e-mail **ada.guedes@gmail.com**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **analisar como a mulher é percebida e representada através do discurso jornalístico em matérias que envolvam violência divulgadas nos portais de notícia paraibanos**. Por esta via, AUTORIZO a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides).

Campina Grande - PB, 28 de maio de 2019.

Aline
Participante da pesquisa

Alessandra C. Santos
Pesquisador responsável

c. Termo de Consentimento José de Arimatéia Souza, editor do Paraíba Online

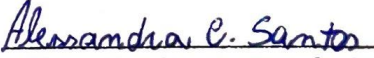
TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu José de Arimatéia Souza, CPF 601538304-68 RG 830406-PB, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos e benefícios da pesquisa, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) para a pesquisa de campo referente ao Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado "Jornalismo, Gênero e Violência: um Estudo da Percepção e Representação da Mulher em Sites Paraibanos de Notícias", desenvolvido por **Alessandra Clementino dos Santos; José Pedro da Silva Júnior e Maryanne Marques Gonçalves Paulino de Sousa**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Doutora **Ada Kesea Guedes Bezerra**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (83) 9 8831-1510 ou no e-mail ada.guedes@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **analisar como a mulher é percebida e representada através do discurso jornalístico em matérias que envolvam violência divulgadas nos portais de notícia paraibanos**. Por esta via, AUTORIZO a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides).

Campina Grande - PB, 05 de Julho de 2019.


Participante da pesquisa


Pesquisador responsável